

A MULHER NO ENSINO SUPERIOR

DISTRIBUIÇÃO E REPRESENTATIVIDADE

Andreia Barreto

Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais/Brasil

Salete Valesan Camba – Diretora

Marcelle Tenório – Assistente de Direção

Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior/Fundação Ford

André Lázaro – Coordenador

Margareth Doher e Luciano Cerqueira – Assistentes de Coordenação

Carolina Castro Silva e Moisés Ibiapina – Assistentes de Pesquisa

Tayná Salvina – Estagiária

Laboratório de Políticas Públicas/UERJ

Emir Sader – Coordenador

Carmen da Matta – Coordenadora Técnica de Projetos Institucionais

Felipe B. Campanuci Queiroz – Coordenador Técnico de Projetos Institucionais

Carla Navarro e Maria Clara Oliveira – Bolsistas de Extensão

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ/REDE SIRIUS/NPROTEC

C122 Cadernos do GEA. – n.6 (jul./dez. 2014). – Rio de Janeiro:
FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2012-
v.

Semestral
ISSN 2317-3246

1. Mulheres – Ensino superior – Brasil – Periódicos. 2.
Relações de gênero – Ensino superior – Brasil – Periódicos I. Grupo
Estratégico de Análise da Educação Superior no Brasil. II. Universidade
do Estado do Rio de Janeiro. Laboratório de Políticas Públicas.

CDU 378(81)(05)

André Lázaro
Editor

Carmen da Matta
Editora Executiva

Marcelo Giardino
Projeto Gráfico

Ricardo Barboza
Diagramação

Wendell Setubal
Revisão

Bárbara Corrêa dos Reis
Tradução de Inglês

Maria Clara Oliveira e Tayná Salvina
Assistentes de Edição

FLACSO-Brasil/GEA e LPP-UERJ

Rua São Francisco Xavier, 524/12.111-Bloco-F-subsalas 08 e 09

Maracanã – CEP 20550-013 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Tel.: 55 21 2234-0969/2334-0890 <<http://www.flacso.org.br/gea/>> <<http://www.lpp.uerj.br/>>

SUMÁRIO

Editorial	 3
Presença das mulheres na educação superior: conquistas e desigualdade persistente	
<i>André Lázaro e Renata Montechiare</i>	
Introdução	 7
1. O ensino superior e as relações de gênero	 9
2. Panorama da educação superior	 11
2.1. Mulheres no ensino superior	 12
2.2. Concluintes	 18
2.3. Docentes	 21
2.4. Funcionários técnico-administrativos	 24
3. Perfil dos cursos e seus estudantes	 26
4. Gênero nos grupos de pesquisa	 34
Considerações finais	 42
Referências bibliográficas	 45

EDITORIAL

PRESENÇA DAS MULHERES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: CONQUISTAS E DESIGUALDADE PERSISTENTE

André Lázaro e Renata Montechiare¹

A série *Cadernos do GEA* é um produto do Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior no Brasil, projeto realizado pela Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO)/Brasil, com apoio da Fundação Ford e do Laboratório de Políticas Públicas (LPP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Este número 6, intitulado “A Mulher no Ensino Superior: Distribuição e Representatividade”, é um estudo inédito sobre a presença das mulheres na educação superior a partir de dados mais recentes sobre o assunto. Esta publicação vem enriquecer um conjunto de pesquisas sobre a relação de diferentes grupos sociais com a universidade hoje e é com orgulho que a FLACSO-Brasil apresenta esta edição.

O trabalho é fruto de pesquisa atenta e cuidadosa e também um incentivo para que outro/as pesquisadore/as se debrucem sobre as informações reunidas e contribuam com novos estudos para a necessária compreensão da distinta participação das mulheres na vida brasileira. Andreia Barreto demonstra fôlego e talento para buscar informações nas principais bases de dados sobre o ensino superior no Brasil e extrair desse universo de números observações preciosas sobre a presença e participação das mulheres brasileiras na educação superior, de estudantes, docentes, técnicas e ainda como participantes e líderes de grupos de pesquisa em todas as áreas de conhecimento cadastradas.

O livro trata prioritariamente de informações relativas ao período de 2009 a 2012, momento de importante crescimento da presença de mulheres estudantes nas universidades brasileiras, que já supera o número de homens. A pertinência e o detalhamento dos dados apresentados permitem tomar a pesquisa da autora como base para análise e reflexão sobre contextos regionais do país, a presença feminina em instituições públicas e privadas, em diferentes tipos de organização educacional e nos diferentes tipos de cursos: licenciatura, bacharelado e tecnólogo. Se há evidências do crescimento da participação feminina em “carreiras tipicamente masculinas”, persistem desigualdades e diferenças entre homens e mulheres, de acordo com as variáveis consideradas pela pesquisadora.

A majoritária presença feminina nos cursos de graduação não esconde desafios, pois, se os dados nacionais sugerem uma aparente equidade de gênero no ambiente acadêmico, quando vistos em detalhes, revelam a permanência de distinções que evocam a tradicional divisão sexual do trabalho. Na sequência de seu estudo, Andréia Barreto analisa curso a curso, por região e tipo de instituição, trazendo a público dados de grande interesse para as políticas educacionais e de gênero. E vai além: analisa a composição em termos de sexo nos grupos de pesquisa registrados no CNPq e o perfil das lideranças desses grupos.

Os resultados alertam que a questão da desigualdade de gênero não parece ser um problema da “sociedade”, entendida como um “outro” que está em torno, mas distante, de quem fala; a desigualdade de gênero está enraizada na própria academia, em suas esferas mais qualificadas. Quando analisados no contingente da docência superior, por exemplo, os números revelam para mulheres docentes a média de 10 pontos percentuais abaixo da frequência dos homens, a contrastar com a maioria feminina discente. O dado torna-se mais curioso quando a autora o apresenta discriminado entre instituições públicas e privadas, revelando que a predominância masculina é ainda maior nas instituições governamentais.

Um dos muitos méritos do trabalho está na capacidade de apresentar ao leitor informações muitas vezes de difícil acesso, que requerem tempo, dedicação e competência para encontrar os números mais relevantes dentro do enorme volume de informações das três bases de dados utilizadas: o Censo da Educação Superior; o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade); e o Diretório de Grupos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Há ainda a exaustiva tarefa de cruzá-los para produzir conhecimento e agregar informações ao campo de estudos sobre gênero e educação. Mas não apenas. Os gráficos e tabelas apresentados pela autora nos revelam a importância de seguir produzindo análises sobre o tema, tendo em vista a complexidade das vertentes que se desdobram a cada informação revelada.

Os bem-sucedidos esforços da pesquisadora ficam limitados pela escassez de dados sobre o tema da raça/cor e etnia. Praticamente não há dados disponíveis sobre estudantes indígenas. Infelizmente, mesmo após a adoção pelo Instituto

¹ Bacharel em Produção Cultural pela UFF, Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia e Doutoranda em Antropologia pelo IFCS/UFRJ.

Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) de mecanismos de captura de dados individuais das mais de 7,3 milhões de matrículas registradas na educação superior brasileira, os dados do Censo da Educação Superior 2013, no quesito raça/cor, não são confiáveis: 58% das matrículas aparecem como “não dispõe de informação” ou “não declarado” neste quesito. O fato é preocupante por diversas razões: sugere o desinteresse de instituições em preencher de modo correto a demanda do Censo, indica a forma inadequada com que a questão está proposta, visto que, em outros quesitos, simplesmente não existe a alternativa “não dispõe” ou “não declarado”, e revela a resistência da sociedade brasileira em enfrentar de modo decidido o tema do racismo, o que atrasa o conhecimento de nossa realidade e dificulta as pesquisas e iniciativas necessárias para sua superação.

O racismo é um “preconceito” apenas no sentido amplo dessa palavra, pois se trata de um “pré-conceito” que se conceitua na repetição cotidiana dos estigmas, da discriminação e da invisibilidade das desigualdades. Deixa então de ser “pré-conceito” para se tornar um conceito, ancorado nas evidências que as práticas confirmam. A não informação de dados de raça/cor é um dos mecanismos mais eficazes para a perpetuação e naturalização das desigualdades que ainda constroem a sociedade brasileira e segregam a maioria de nossa população, formada por pretos e pardos.

Há ainda dados importantes sobre a condição da estudante/trabalhadora. É importante lembrar que as mulheres, que são maioria nos cursos de graduação do país, em proporção distinta entre os cursos, são também mulheres trabalhadoras e, seguindo a tradição persistente no Brasil, são ainda as maiores responsáveis pelo trabalho doméstico, como tem sido revelado pelas pesquisas da PNAD. Não há, portanto, nenhum heroísmo a ser comemorado, mas o esforço imenso a ser reconhecido: as mulheres, não raro, desempenham a tripla jornada: estudam, trabalham, assumem as responsabilidades domésticas. O melhor reconhecimento desses esforços realizados pelas mulheres brasileiras é garantir a adequada divisão do trabalho doméstico

entre homens e mulheres, maior liberdade na escolha dos cursos que pretendem fazer e a superação da persistente desigualdade que no mercado de trabalho discrimina o rendimento entre homens e mulheres, criando desníveis tão maiores quanto maior for a escolaridade.

Que este *Caderno do GEA* nº 6 seja recebido como um reconhecimento do esforço de nossas estudantes, docentes, técnicas, gestoras e pesquisadoras em lutar por seus direitos e contribuir para uma sociedade em que a diferença de gênero não seja fator de desigualdade em nenhuma esfera da vida. E que seja também um instrumento de luta por respeito e igualdade.

Andreia Barreto colabora com o Centro Latino-americano em Sexualidade e Direitos Humanos (Clam) do Instituto de Medicina Social (IMS) da UERJ. Sua trajetória como pesquisadora passa por diversas publicações no campo da educação, gênero e diversidade, tendo organizado importantes trabalhos.²

Os resultados alertam que a questão da desigualdade de gênero não parece ser um problema da “sociedade”, entendida como um “outro” que está em torno, mas distante, de quem fala; a desigualdade de gênero está enraizada na própria academia, em suas esferas mais qualificadas.

² Dissertação de Mestrado intitulada: *Educação para a igualdade na perspectiva de gênero*. CPDOC/FGV, 2014.

A MULHER NO ENSINO SUPERIOR: DISTRIBUIÇÃO E REPRESENTATIVIDADE¹

Andreia dos Santos Barreto Monsores de Assumpção

Resumo – Este estudo pretende contribuir para a importante discussão acerca das relações de gênero, com enfoque na presença das mulheres na universidade brasileira. A pesquisa baseia-se em dados quantitativos para descrever a distribuição das estudantes e pesquisadoras nas diferentes carreiras. Como fonte de informações, foram utilizados três grandes bancos de dados oficiais: o Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC), o Questionário Socioeconômico do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e o Diretório de Grupos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O objetivo foi atualizar o panorama da participação feminina no ensino superior e observar a representatividade das mulheres na universidade, seja em sala de aula, como estudante ou docente, seja na infraestrutura institucional, ou ainda nas atividades de investigação e pesquisa.

Palavras-chave: mulheres; gênero; ensino superior; pesquisa científica; universidade.

Abstract – *This study aims at contributing to the important discussion of gender relations, with focus on the presence of women in the Brazilian universities. The research is based in quantitative data used to describe the distribution of students and researchers in different careers. As a source of information, three great official databases have been used: the Higher Education Census of the Nacional Institute for Educational Studies and Research “Anísio Teixeira” (Inep/MEC), the Socioeconomic Questionnaire from the National Assessment of Student Achievement (Enade) and the Research Group Directory from the Nacional Council for Scientific and Technological Development (CNPq). The objective was to update the general overview of women’s participation in higher education and to survey women’s representation in the universities, whether in the classroom, as a student or professor, or in the institutional infrastructure; or even in the activities of investigation and research.*

Keywords: *women; gender; higher education; scientific research; university.*

¹ Este estudo contou com os seguintes colaboradores: revisão técnica: *Sergio Carrara*; organização de dados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes: *Sabrina Medeiros*; e apoio na confecção das tabelas do Censo da Educação Superior: *Luiz Felipe Monsores de Assumpção*.

INTRODUÇÃO

O debate sobre as relações entre gênero e educação tem-se mostrado fundamental para a interpretação das sociedades contemporâneas, assim como para a definição de estratégias de desenvolvimento no campo educacional. Por todo o mundo, as desigualdades de gênero estão presentes na história da educação, de que as mulheres são recorrentemente excluídas ou têm sua participação pouco valorizada. Atualmente, no caso brasileiro, após a implementação das chamadas políticas universalistas de inclusão, é possível observar um lento processo de mudança nesse cenário. Um indicador é o incremento da presença de mulheres no ensino superior, por muitos anos considerado um privilégio masculino. Ainda que seu impacto na transformação do campo educacional e científico demande análises e problematizações, é inegável que a presença feminina nesse nível de ensino tem aumentado significativamente no Brasil.

O estudo ora apresentado pretende contribuir para a importante discussão acerca das relações de gênero, com enfoque na presença das mulheres na universidade brasileira. A pesquisa apoia-se em dados quantitativos para descrever a distribuição das estudantes e pesquisadoras nas diferentes carreiras. O recorte de raça também é valorizado em virtude do entendimento de que a relação entre gênero, raça e escolaridade é fundamental para identificar, entender e agir para a superação de históricas desigualdades.

É certo que falar de gênero não é apenas falar de mulheres e homens ou de diferença sexual, mas também de identidades que são construídas fora de uma lógica heteronormativa, como a de travestis, transexuais e transgêneros.

Conforme enfatizado por pesquisadoras tais como Bento (2002) e Lima (2011), raça é um marcador social de diferença que agrega pessoas com uma história em comum, de modo que a autodeclaração de pertencimento a uma categoria racial é um ato individual e político e, portanto, de total relevância à análise em questão. É importante salientar também que o estudo privilegia a participação feminina, mas é certo que falar de gênero não é apenas falar de mulheres e homens ou de diferença sexual, mas também de identidades que são construídas fora de uma lógica heteronormativa, como a de travestis, transexuais e transgêneros.

Embora seus direitos, entre os quais o direito à educação, venham sendo progressivamente reconhecidos, ainda enfrentam fortes preconceitos e discriminações e há pouca informação disponível sobre sua presença no ensino superior.

O trabalho inspira-se em estudos já realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC)² que apresentaram dados sobre as estudantes em cursos superiores. Como fonte de informações foram utilizados três grandes bancos de dados oficiais: o Censo da Educação Superior, o Questionário Socioeconômico do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e o Diretório de Grupos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O Censo da Educação Superior, regulamentado pelo Decreto nº 6.425 de 04/04/2008, é realizado anualmente e objetiva sistematizar informações sobre as Instituições de Ensino Superior (IES), sobre os cursos de graduação e sobre estudantes, docentes e técnicos/as vinculados a esse nível de ensino. Os resultados fornecem, de forma regionalizada, informações como número de matrículas, de ingressos e de concluintes. Para o presente estudo foram considerados os dados dos quatro primeiros anos após a reformulação do Censo, de 2009 a 2012. Entretanto, cabe aqui uma ressalva a respeito da escassez de informações sobre raça, uma vez que os instrumentos de coleta de dados ainda não contemplam de maneira eficaz informações sobre esta variável.

² Cf.: Trajetória da Mulher na Educação Brasileira – 1996-2003; Trajetória da Mulher na Educação Superior Brasileira – 1991-2004; e A Mulher na Educação Superior Brasileira – 1991-2005. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/>>. Acesso em: dez. 2014.

Desde 2005, o Censo da Educação Superior incluiu o quesito “cor ou raça” em seu escopo. Todavia, muitos estudantes e docentes não declaram ou não respondem a esta questão e acabam contribuindo para a escassez de dados, o que prejudica sobremaneira a produção do conhecimento sobre raça, racismo e educação superior. Sem dúvida, é fundamental a adoção de medidas para que este item integre efetivamente os dados do Censo.

Outra fonte de dados, o Enade é um procedimento de avaliação vinculado ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Instituído pela Lei nº 10.861, de 14/04/2004 e com execução regulamentada pela Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007, o Enade propõe-se a avaliar os cursos superiores e seus projetos de formação. Conta com quatro instrumentos avaliativos: (i) prova; (ii) questionário de impressões sobre a prova; (iii) questionário do/a estudante; e (iv) questionário para a coordenação do curso. Na presente análise, foi privilegiado o questionário do/a estudante, que é de preenchimento obrigatório e tem por objetivo subsidiar a construção do perfil socioeconômico do/a universitário/a e verificar sua percepção sobre a formação superior que recebe.

Visando situar a composição dos grupos de pesquisa, foram utilizados os dados do Diretório de Grupos do CNPq. Estas informações dizem respeito aos recursos humanos que compõem os grupos – pesquisadores/as e estudantes –, às linhas de pesquisa e às especialidades do conhecimento. A análise do banco de dados foi realizada com base no Censo de 2010, como forma de delinear o cenário de distribuição de pesquisadores e pesquisadoras e a composição dos grupos de pesquisa. Vale aqui também uma nova observação sobre o quesito raça, já que o CNPq ainda não disponibiliza importante informação na composição dos grupos de pesquisa no Brasil.

O presente estudo não tem pretensão de esgotar as possibilidades de análise a partir dos dados examinados, mas sim consolidá-los, para que sejam uma opção de consulta e de informação sobre a situação em questão. O objetivo é atualizar o panorama da participação feminina no ensino superior e observar comparativamente a presença das mulheres na universidade, seja em sala de aula, como estudante ou docente, seja na infraestrutura institucional ou ainda nas atividades de investigação e pesquisa.

1. O ENSINO SUPERIOR E AS RELAÇÕES DE GÊNERO

A universidade, o ensino e a pesquisa científica têm importante papel educacional e político em diversos âmbitos do projeto de desenvolvimento brasileiro, tanto como estratégia para emancipar mulheres e homens através da formação profissional, quanto na missão de ofertar à sociedade uma reflexão crítica relevante sobre si mesma, de maneira a aprimorar a própria vida social.

O Programa Nacional de Direitos Humanos (2004) declara que à educação superior compete a promoção de reflexões e debates sobre a situação dos direitos humanos no Brasil. Sustenta que a universidade, em sua atribuição constitucional nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, deve oferecer à sociedade profissionais e acadêmicos/as sensibilizados/as para uma atuação cidadã, comprometida com o fortalecimento dos direitos e das liberdades fundamentais. Entre os princípios que norteiam a contribuição da educação superior na área de direitos humanos, é possível destacar os que estabelecem a importância de sua atuação em uma sociedade particularmente caracterizada por desigualdades como gênero, raça e renda, que pautam a histórica exclusão social da sua população.

No rastro da discussão sobre a importância do ensino de nível superior para o desenvolvimento científico e tecnológico, mas também para a ampliação da noção de cidadania, é oportuno salientar o papel das pesquisadoras e acadêmicas na disseminação do debate sobre gênero no Brasil. De acordo com Heilborn & Sorj:

(...) o feminismo contou desde a sua origem com expressivo grupo de acadêmicas, a tal ponto que algumas versões de sua história consideram que o feminismo apareceu primeiro na academia e, só mais tarde, teria se disseminado entre mulheres com outras inserções sociais. As acadêmicas, por sua maior exposição a ideias que circulam internacionalmente, estavam numa posição privilegiada para receber, elaborar e disseminar as novas questões que o feminismo colocara já no final da década de sessenta nos países capitalistas avançados. Assim, quando o movimento de mulheres no Brasil adquire visibilidade, a partir de 1975, muitas das suas ativistas ou simpatizantes já estavam inseridas e trabalhavam nas universidades. (1999, p. 186)

Os estudos de gênero mostram que o conhecimento das interações entre mulheres e homens é basilar para a análise das relações sociais. O conceito de gênero remete a um conjunto de práticas sociais que criam assimetrias entre o que é entendido como feminino ou como masculino, além de estabelecer parâmetros para as percepções e avaliações que as pessoas têm de si mesmas e dos outros. A partir da década de 70, através de lutas por direitos, respeito e reconhecimento, as mulheres têm conquistado espaços em diversas áreas, inclusive na área da educação e no mercado de trabalho. No caso brasileiro, a implementação de políticas públicas com foco na inclusão e na valorização da mulher se deu a partir da década de 1980. (Farah, 2004) Entretanto, o tema da equidade entre mulheres e homens continua na agenda das políticas públicas e sociais, tanto a partir do Estado, quanto de organismos internacionais, tais como Organização das Nações Unidas (por meio da ONU Mulheres) Unesco e OIT. É importante destacar que a promoção da igualdade de gênero é um dos objetivos do milênio estabelecidos pela ONU, figurando em terceiro lugar entre suas oito metas. De acordo com a pesquisadora Márcia Lima (2011), assim como gênero, o conceito de raça também é fruto de construção social e histórica que não possui fundamento biológico e que só encontra existência na realidade social, ou seja, no universo das relações entre as pessoas. O discurso tradicional de que o povo brasileiro é fruto de um processo de miscigenação, que resultou em uma nação singular, formada por indivíduos culturalmente diversos, contradiz as inúmeras práticas discriminatórias, preconceituosas e racistas que atingem a população negra, notadamente a mulher negra, nas relações cotidianas. Portanto, gênero e raça constituem marcadores sociais de diferença cuja articulação resulta em exclusão e influencia a posição social de mulheres e homens no âmbito da sociedade brasileira.

A igualdade econômica, política e social e o direito à não discriminação baseado em sexo e raça são explicitamente assegurados na Constituição de 1988 e na legislação infraconstitucional. Contudo, o modo como as mulheres participam em diversos âmbitos da vida em sociedade ainda não significa equivalência de poder e de acesso aos bens comuns. Apesar da formalização da igualdade, a ordem social continua marcada pela desigualdade, configurando uma divisão sexual de tarefas em que, para determinadas posições,

carreiras e funções, são valorizadas características atribuídas aos homens e à masculinidade e, para outras, características atribuídas às mulheres e ao feminino. Para uma boa atuação no mercado de trabalho, por exemplo, é ainda comum que se valorizem a racionalidade, a competitividade, a busca pelo sucesso, entendidas pelo senso comum como pertinentes ao universo masculino. Já os cuidados da casa e da família, como a valorização do amor, da compaixão, da submissão, da empatia, ainda são vistos muitas vezes como características essencialmente femininas.

Os diversos estereótipos atribuídos aos gêneros moldam, definitivamente, o significado atribuído às ocupações e às carreiras, pois é comum o entendimento de que há carreiras mais afeitas às mulheres e carreiras propriamente masculinas. Como consequência, o gênero também influencia no valor social atribuído às ocupações no mercado de trabalho e atua do mesmo modo na universidade, onde as mulheres, ainda que presentes em número crescente, não se distribuem de modo uniforme pelas diferentes “vocações”.

O discurso tradicional de que o povo brasileiro é fruto de um processo de miscigenação, que resultou em uma nação singular, formada por indivíduos culturalmente diversos, contradiz as inúmeras práticas discriminatórias, preconceituosas e racistas que atingem a população negra, notadamente a mulher negra, nas relações cotidianas.

2. PANORAMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Dados do MEC (2013) mostram que o sistema de educação superior brasileiro é composto por um conjunto de 2.391 Instituições de Ensino Superior (IES). Deste total, 84,3% são identificadas como faculdades, 8,2% como universidades, 5,9% como centros universitários e 1,7%, como institutos federais. Os números indicam ainda que, do total de IES brasileiras, 2.090 (87%) são instituições privadas. Informações de 2012, levantadas por meio do Questionário Socioeconômico do Enade, apontam que 78,9% dos/as estudantes estão matriculados ou concentram a maior parte das disciplinas que frequentam no turno da noite; contra 12,8% no turno da manhã; 2,7% no turno da tarde 3,2% em horário integral. No mesmo ano, 56,5% dos/as estudantes matriculados/as, que responderam ao questionário, afirmaram que não recebiam ou haviam recebido bolsa ou financiamento para custear as mensalidades do curso; 34,3% informaram que recebiam ou haviam recebido este tipo de aporte, sendo que apenas 7,9% dos/as respondentes eram provenientes de cursos públicos. A respeito de outros tipos de bolsa para manutenção do curso superior, como ajuda para subsidiar material didático, alimentação e transporte, 88% dos/as estudantes informaram que não recebiam ou haviam recebido qualquer tipo de financiamento. Em contrapartida, 51,2% dos/as estudantes afirmaram trabalhar em tempo integral, com carga horária semanal de 40 horas, contra 24,2% que não estavam trabalhando naquele momento.

Este breve levantamento delinea o cenário sobre o qual este estudo se apoia: um sistema de ensino superior majoritariamente privado, com distribuição de bolsas/financiamentos parcial, em que a maior parte dos/as estudantes frequenta curso noturno e tem compromisso de trabalho durante o dia. Além disso, nesse cenário, pelo menos 45% dos/as estudantes estavam matriculados/as em faculdades e centros universitários que, ao contrário das universidades, não têm obrigação de articular as atividades de ensino, pesquisa e extensão, não possuindo em seu bojo o desenvolvimento de estudos em programas de pós-graduação, como cursos de mestrado e doutorado. Nesse panorama, muitos desafios estão postos, especialmente relativos às políticas redistributivas, tais como as de inclusão no ensino superior,

notadamente de jovens adultos,³ mas também as concernentes à promoção da equidade de gênero e ao reconhecimento da diversidade de identidades dispostas no campo social, a partir de diferenças étnico-raciais, de identidade de gênero, orientação sexual etc., ainda que a expansão do ensino universitário no Brasil nos últimos anos seja notória. De acordo com dados do Censo da Educação Superior, entre 2002 e 2012, registrou-se um aumento de 50% no número total de matrículas. No mesmo período, houve um incremento de 162,5% no total de vagas oferecidas, de 1.773.087, em 2002, para 4.653.814, em 2012. Entretanto, este significativo aumento numérico não atingiu uniformemente mulheres e homens na sociedade brasileira, por vezes sustentando e produzindo mais desigualdades estruturais e simbólicas.

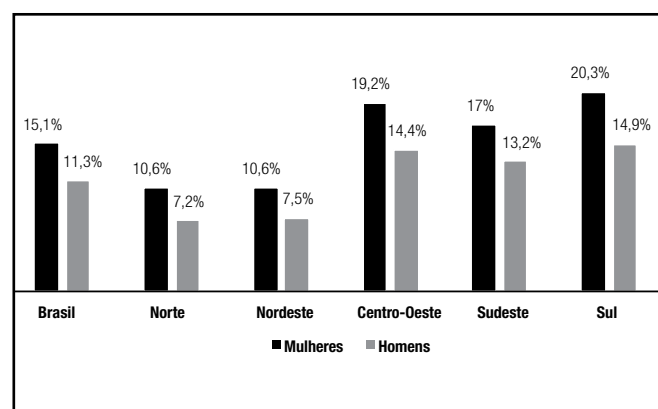
Este desequilíbrio na presença de homens e mulheres na educação, notadamente na educação superior, também pode encontrar fundamento na situação de vulnerabilidade de jovens e adolescentes do sexo masculino, em especial de jovens e adolescentes negros.

³ Números de 2009 indicam que a taxa de escolarização líquida da população de 18 a 24 anos girava em torno de 13,6%, abaixo, portanto, do previsto no Plano Nacional de Educação (2001-2010) que propunha, pelo menos, 30% dessa faixa etária até o final daquela década. (Speller *et al.* 2009)

2.1. MULHERES NO ENSINO SUPERIOR

Atualmente no Brasil uma gama de indicadores aponta para o fato de as mulheres estarem em maior número nos diversos níveis educacionais. No ensino universitário não é diferente; nele, a presença de mulheres é preponderante. Entretanto, este cenário não afasta as distorções de gênero que, articuladas a outros vetores de desigualdade social, como raça/etnia, ainda estão presentes e limitam a equidade na distribuição de oportunidades. Conforme descrito na publicação *Estatísticas de Gênero* (IBGE, 2014), em 2011, as estudantes eram maioria entre as/os universitárias/os na faixa etária de 18 a 24 anos. Elas representavam 57,1% do total de matriculadas/os no ensino superior brasileiro nesta faixa etária, e o número maior de mulheres tende a se manter em todas as regiões do país, conforme mostra o Gráfico 1.

GRÁFICO 1
ESTUDANTES DE 18 A 24 ANOS NO ENSINO SUPERIOR
POR SEXO



Fonte: IBGE/Estatísticas de Gênero.⁴

TABELA 1
MATRÍCULAS EM CURSOS SUPERIORES – 2009-2012

GÊNERO	2009	2010	2011	2012
Mulheres	3.400.793	3.637.890	3.837.082	4.028.429
Homens	2.553.212	2.741.399	2.902.595	3.009.251
Total	5.954.005	6.379.289	6.739.677	7.037.680

Fonte: Inep/Censo da Educação Superior.

Este cenário é corroborado pelo Censo da Educação Superior (Inep, 2013), que mostrou, para 2012, um número total de matrículas em cursos de graduação superior a sete milhões. Deste total, 57% são mulheres,⁵ conforme descrito na Tabela 1.

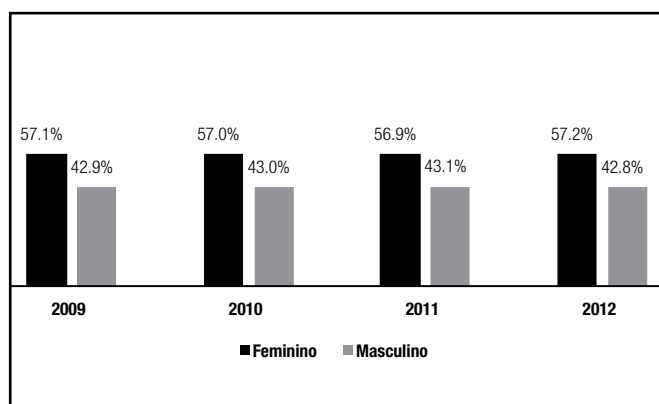
O percentual de estudantes do sexo feminino matriculadas entre 2009 e 2013, representado no Gráfico 2, é, assim, superior à proporção de mulheres (51,4%) na composição da população brasileira nesses mesmos anos, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2013. A análise *Estatística de Gênero* (IBGE, 2014) pondera que a sobrerrepresentação de mulheres na educação brasileira poderia ser resultado

da entrada precoce de rapazes no mercado de trabalho, o que dificultaria a conciliação entre o emprego e a frequência escolar. Em 2010, pela mesma fonte, a proporção de jovens entre 15 e 17 anos de idade que só trabalhavam era quase o dobro entre os homens (7,6%), quando comparada à das mulheres (4,0%). Este desequilíbrio na presença de homens e mulheres na educação, notadamente na educação superior, também pode encontrar fundamento na situação de vulnerabilidade de jovens e adolescentes do sexo masculino, em especial de jovens e adolescentes negros. De acordo com o Índice de Homicídios na Adolescência (IAA) (Cano & Melo, 2014), para cada grupo de mil pessoas com 12 anos completos em 2012, 3,32 corriam o risco de serem assassinadas antes de atingirem 19 anos de idade. O índice representa um aumento de 17% em relação a 2011, quando o IHA chegou a 2,84 por mil. O estudo demonstra que a possibilidade de jovens negros serem assassinados é 2,96 vezes superior à dos brancos. Ademais, meninos e jovens de 12 a 18 anos apresentam um risco 11,92 vezes superior ao das meninas da mesma faixa etária de serem vítimas de violência.

⁴ Cf. Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88941.pdf>>.

⁵ Em todas as faixas etárias.

GRÁFICO 2
ESTUDANTES MATRICULADOS/AS NO ENSINO SUPERIOR
2009-2012

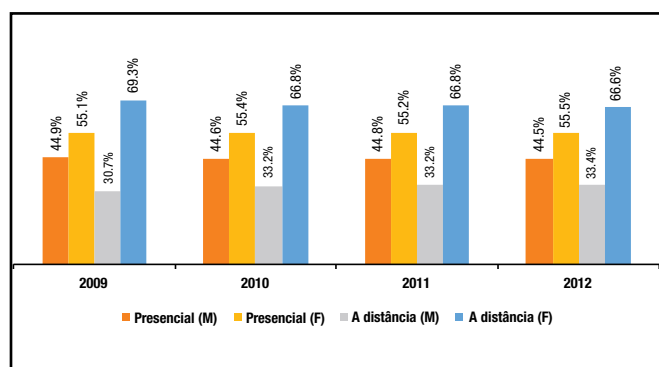


Fonte: Inep/Censo da Educação Superior.

O fato de as mulheres serem maioria entre estudantes universitários brasileiros é um evento relativamente recente, considerando que, em 1956, elas representavam 26% do total de matriculados/as e, em 1971, não passavam de 40% (Barroso & Mello, 1975). A reversão deste quadro, de acordo com a pesquisa de Moema Guedes (2009), aconteceu no início dos anos 2000, quando as mulheres entre 20 e 29 anos atingiram 60% do total de concluintes.

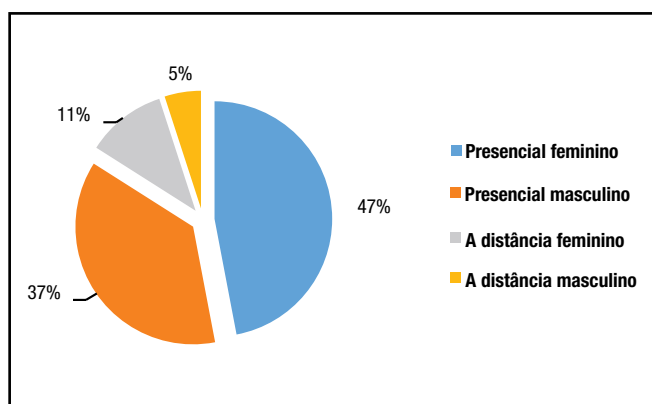
O número de mulheres ainda é mais expressivo quando os dados de matrícula são desdobrados nas categorias educação a distância (EaD) e educação presencial, com as mulheres representando 66,6% entre os/as estudantes na EaD em 2012. O Gráfico 3 mostra exatamente o percentual de homens e de mulheres matriculados/as por metodologia de ensino. Na educação presencial, a participação feminina é ligeiramente maior que a masculina, em torno de 55,5%.

GRÁFICO 3
MATRÍCULAS EM CURSOS PRESENCIAIS E A DISTÂNCIA
2009-2012



Fonte: Inep/Censo da Educação Superior.

GRÁFICO 4
MATRÍCULAS – CURSOS PRESENCIAIS E A DISTÂNCIA
2012



Fonte: Inep/Censo da Educação Superior.

O Gráfico 4 apresenta os percentuais de matriculados/as, segundo sexo e metodologia do curso, e destaca a representatividade da educação a distância no universo de matrículas nos cursos superiores, com total de 16% de participação. Reforça ainda a tese de que as mulheres têm firme predomínio nessa modalidade de ensino. Uma das hipóteses para esta superioridade poderia estar relacionada à divisão sexual do trabalho, uma vez que mesmo alcançando níveis educacionais mais elevados que os homens, as mulheres ainda são as principais responsáveis pelas tarefas domésticas e o cuidado das crianças, estando submetidas à dupla jornada de trabalho. (Sorj *et al.*, 2007) Os dados do IBGE (2013) mostram que a realidade de dupla jornada ocupa a maior parte das trabalhadoras brasileiras, 88%, enquanto que, para os homens, o percentual chegou naquele ano a 46%. A jornada média das mulheres nas atividades domésticas é mais que o dobro da jornada masculina, já que os números indicam 20,6 horas/semana para mulheres e 9,8 horas/semana para os homens. Articulando a jornada profissional com a doméstica, as mulheres trabalham um total de 56,4 horas e os homens 51,6 horas, contabilizando cinco horas a mais para as mulheres. Neste sentido, a metodologia EaD parece ser mais atraente para elas, já que promete um processo formativo mais flexível, muitas vezes articulando a presença física com a virtual.

Dados do Censo EaD.br 2013/2014, realizado pela Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed), apresentam resultados semelhantes quanto à porcentagem de homens e mulheres nos cursos superiores a distância, entre 2011 e 2013. O Censo utiliza como indicadores os seguintes tipos de formação: “cursos regulamentados totalmente a distância”; “cursos regulamentados semipresenciais”; “disciplina EaD de cursos presenciais regulamentados”; “cursos

livres não corporativos”; e “cursos corporativos”. Os cursos regulamentados são aqueles que necessitam de autorização governamental para oferta; aqui estão incluídos os cursos superiores. Disciplina EaD seria uma disciplina isolada em um curso presencial autorizado. E cursos livres não necessitam de autorização de órgão normativo para ser oferecido ao público interessado. Neste levantamento, um curso de extensão é considerado livre. (Censo EaD.br, 2014, p.19) A Tabela 2 apresenta as porcentagens de matriculados nas diferentes

modalidades de cursos, e, como se vê, a maior parte é feminina. A única modalidade que destoa é a de cursos corporativos, nos quais os homens predominam. Interessante notar que este tipo de curso é geralmente financiado por empresas para funcionários/as em postos-chave. Este pode ser um indicativo de que, no mundo corporativo, os homens ainda predominam quando o assunto é valorização profissional pois, aparentemente, ao menos em cursos a distância, contam com maior apoio por parte de suas empresas.

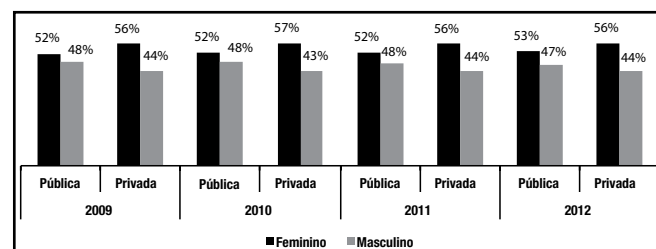
TABELA 2
PERFIL DO ALUNO DE EAD POR TIPO DE CURSO – 2011-2013

CURSOS EAD	Feminino			Masculino		
	2011	2012	2013	2011	2012	2013
Tipo de Curso						
Autorizados	57,0%	55,0%	57,0%	43,0%	45,0%	42,7%
Livres - não corporativos	57,0%	55,0%	61,0%	43,0%	45,0%	39,0%
Livres - corporativos	48,0%	41,0%	45,5%	52,0%	56,0%	54,5%
Disciplina EaD	57,0%	51,0%	56,0%	43,0%	49,0%	44,0%

Fonte: Censo EaD.br, 2013.

A maioria feminina nos cursos de graduação também fica evidente na análise das matrículas por categoria administrativa, se IES pública ou privada, conforme demonstra o Gráfico 5. Segundo esse diagnóstico, a concentração de mulheres é maior na rede privada, em que a diferença a favor delas chegou a 12 pontos percentuais em 2012, com 56% para as estudantes do sexo feminino. No caso do ensino público, as mulheres representavam 53% dos/matriculados/as no mesmo período, o que mostra uma diferença de 6 pontos percentuais frente aos homens.

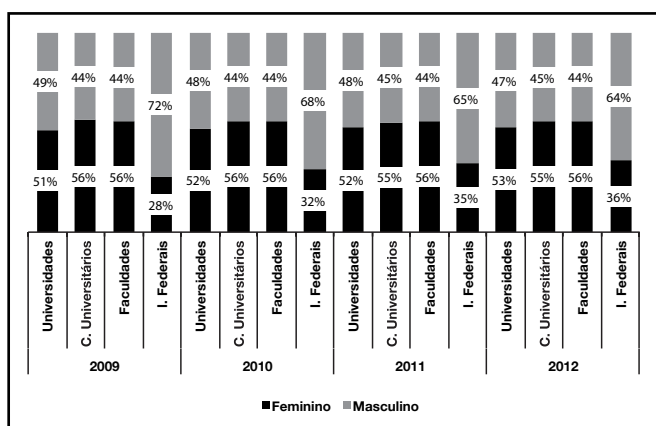
GRÁFICO 5
MATRÍCULAS DE GÊNERO X REDE PÚBLICA/PRIVADA
2009-2012



Fonte: Inep/Censo da Educação Superior.

O fato de as mulheres serem maioria entre estudantes universitários brasileiros é um evento relativamente recente, considerando que, em 1956, elas representavam 26% do total de matriculados/as e, em 1971, não passavam de 40%.

GRÁFICO 6
MATRÍCULAS DE BACHARELADO – GÊNERO X IES
2009-2012

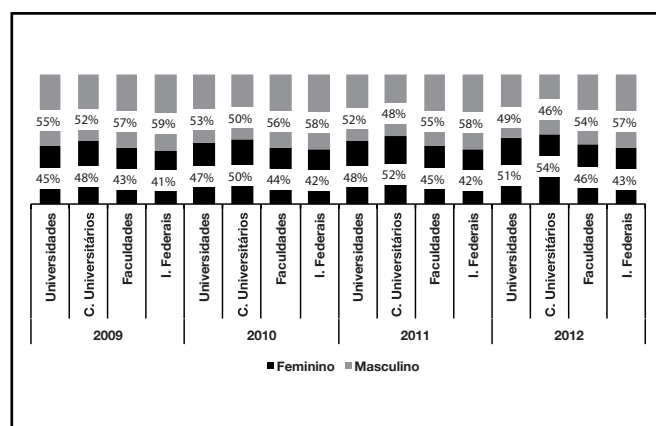


Fonte: Inep/Censo da Educação Superior.

Há também distorções na distribuição das matrículas por tipo de IES, se universidade, centro universitário, faculdade ou instituto federal, como apresentado nos Gráficos 6, 7 e 8. É importante observar que, em 2012, 56% das universidades brasileiras eram públicas, contra apenas 7% de instituições públicas do tipo “centro universitário” e “faculdade”. Este é um dado significativo para o monitoramento das políticas inclusivas, no que se refere à equidade no acesso às IES públicas e privadas, pois sugere que as mulheres têm tido maior benefício em políticas que visam financiar ensino superior em cursos privados e, proporcionalmente, menor avanço nas políticas de acesso às IES públicas.

No Brasil, são oferecidas três opções de titulação de nível superior: bacharelado, licenciatura e superior de tecnologia/tecnólogo.⁶ Os cursos são distribuídos por oito grandes áreas do conhecimento: Ciências Exatas e da Terra; Ciências Biológicas; Engenharias; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas; e Linguística, Letras e Artes. A articulação de variáveis, tais como titulação, tipo de IES, área do conhecimento e informações sobre matrícula, número de concluintes, de docentes e de funcionários/as técnico-administrativos detalhadas neste estudo, foram organizadas a partir das categorias originais do Censo da Educação Superior, do período compreendido entre 2009 a 2012.

GRÁFICO 7
MATRÍCULAS – TECNÓLOGO – GÊNERO X IES
2009-2012



Fonte: Inep/Censo da Educação Superior.

Entre as/os tecnólogos/as, a situação é curiosa com relação ao quadro de matrículas. Apesar do fato de as mulheres estarem em menor número na entrada desses cursos, na etapa de conclusão as estudantes apresentam-se em ligeira vantagem percentual.

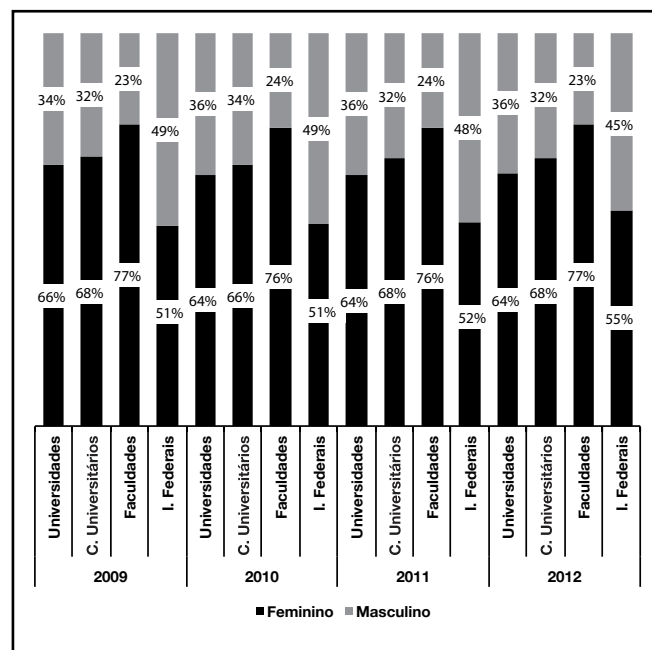
Em 2012, conforme apresentado no Gráfico 6, 64% das matrículas nos cursos de bacharelado dos institutos federais (IFs, antigos CEFETs) ainda eram de pessoas do sexo masculino, assim como nos cursos superiores de tecnologia, que apresentam 57% para os homens nos IFs (Gráfico 7). Por seu lado, as mulheres são maioria nos centros universitários e nas faculdades, com uma média de 55%. Entretanto, os números mostram que esta maioria masculina nos cursos de bacharelado está em queda, pois se em 2009 as matrículas de mulheres nos IFs representavam apenas 28%; em 2012, este percentual subiu para 36%. Entre os/as tecnólogos também há uma elevação da presença feminina; em 2009, nas universidades, as mulheres representavam 45% dos/as matriculados/as; em 2012, este percentual chegou a 51%. Este crescimento é registrado também nos centros universitários e nas faculdades.

⁶ Mais informações sobre as modalidades dos títulos de graduação: <<http://emec.mec.gov.br/emec/educacao-superior/cursos>>. Acesso em: dez. 2014.

Se o bacharelado conta com uma média de 55% de mulheres nas universidades, centros universitários e faculdades, a maioria masculina é acentuada apenas nos IFs. Na articulação licenciatura x IES, é possível verificar uma grande assimetria, já que o predomínio feminino é ainda mais evidente. No caso das faculdades, 77% das matrículas, em 2012, era de mulheres (Gráfico 8).

Os dados sobre a situação das matrículas em cada região brasileira, a partir das informações sobre o tipo de curso – bacharelado, licenciatura ou tecnólogo – estão disponíveis na Tabela 3. Nela é possível perceber que as mulheres dominam as matrículas no período destacado em todas as regiões nos cursos de bacharelado. A situação é mais contundente na licenciatura, com maioria absoluta de mulheres nas regiões Sul e Sudeste, mas em ligeira queda, entre 2009 e 2012. No caso dos cursos com titulação de Tecnólogo, os homens estão em maioria, com exceção das regiões Nordeste e Centro-Oeste, onde a presença feminina é crescente e supera, em 2012, a presença masculina. Nas demais regiões, é possível identificar um movimento de paridade, com aumento da proporção de estudantes do sexo feminino buscando profissionalização nas áreas da graduação tecnológica.

GRÁFICO 8
MATRÍCULAS – LICENCIATURA – GÊNERO X IES
2009-2012



Fonte: Inep/Censo da Educação Superior.

A jornada média das mulheres nas atividades domésticas é mais que o dobro da jornada masculina, já que os números indicam 20,6 horas/semana para mulheres e 9,8 horas/semana para os homens. Articulando a jornada profissional com a doméstica, as mulheres trabalham um total de 56,4 horas e os homens 51,6 horas, contabilizando cinco horas a mais para as mulheres.

Além de demandar reflexão sobre o quadro social da juventude brasileira como um todo, este número expressivo de estudantes do sexo feminino no ensino superior tem influência nos diversos planos da vida privada e coletiva de homens e mulheres.

Mostrando-se, portanto, imprescindível a realização de estudos focalizados e aprofundados sobre as representações do feminino e do masculino e suas repercussões no ensino universitário e na produção acadêmica, a partir de diferentes perspectivas disciplinares.

TABELA 3
MATRÍCULAS – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL – GÊNERO X TITULAÇÃO – 2009-2012

Titulação	Região	Gênero	2009	2010	2011	2012
Bacharelado	Norte	Feminino	55,0%	55,6%	55,6%	55,8%
		Masculino	45,0%	44,4%	44,4%	44,2%
	Nordeste	Feminino	54,3%	55,3%	55,5%	56,1%
		Masculino	45,7%	44,7%	44,5%	43,9%
	Centro-Oeste	Feminino	54,7%	55,2%	55,3%	55,4%
		Masculino	45,3%	44,8%	44,7%	44,6%
	Sudeste	Feminino	52,8%	53,3%	53,1%	53,1%
		Masculino	47,2%	46,7%	46,9%	46,9%
	Sul	Feminino	52,5%	52,8%	52,6%	52,7%
		Masculino	47,5%	47,2%	47,4%	47,3%
			2009	2010	2011	2012
Licenciatura	Norte	Feminino	63,5%	62,0%	61,7%	62,9%
		Masculino	36,5%	38,0%	38,3%	37,1%
	Nordeste	Feminino	66,6%	64,9%	64,5%	65,2%
		Masculino	33,4%	35,1%	35,5%	34,8%
	Centro-Oeste	Feminino	69,3%	68,3%	68,3%	68,2%
		Masculino	30,7%	31,7%	31,7%	31,8%
	Sudeste	Feminino	72,1%	69,3%	69,9%	70,6%
		Masculino	27,9%	30,7%	30,1%	29,4%
	Sul	Feminino	71,3%	69,1%	70,1%	69,2%
		Masculino	28,7%	30,9%	29,9%	30,8%
			2009	2010	2011	2012
Tecnólogo	Norte	Feminino	39,8%	42,9%	44,8%	47,6%
		Masculino	60,2%	57,1%	55,2%	52,4%
	Nordeste	Feminino	46,7%	48,8%	50,7%	51,7%
		Masculino	53,3%	51,2%	49,3%	48,3%
	Centro-Oeste	Feminino	48,7%	49,2%	49,1%	50,4%
		Masculino	51,3%	50,8%	50,9%	49,6%
	Sudeste	Feminino	44,7%	45,5%	46,2%	47,9%
		Masculino	55,3%	54,5%	53,8%	52,1%
	Sul	Feminino	43,0%	44,4%	45,7%	47,0%
		Masculino	57,0%	55,6%	54,3%	53,0%

Fonte: Inep/Censo da Educação Superior.

2.2. CONCLUINTES

A exemplo do que acontece com a matrícula, as mulheres são maioria também entre os/as concluintes do ensino superior. Agora em números ainda mais significativos. Em 2012, nas instituições públicas, a diferença foi de 14 pontos percentuais a favor das mulheres; e, nas instituições privadas, chegou a 20,6 pontos percentuais (Gráfico 9).

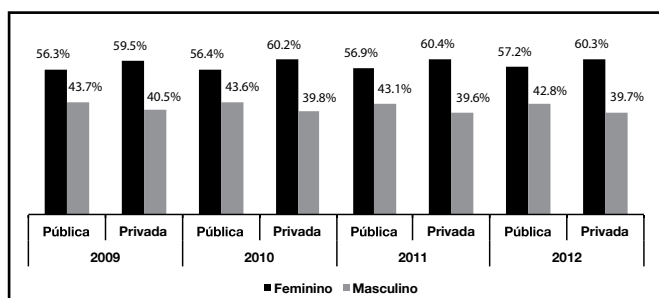
A preponderância de concluintes do sexo feminino é constatada na maior parte das IES, sejam públicas ou privadas, sejam universidades, centro universitários ou faculdades. A exceção são os IFs, que mantinham, até 2011, um maior contingente de concluintes do sexo masculino. Contudo, em 2012, esta diferença desapareceu e o resultado foi a equiparação do percentual de formandos de ambos os sexos (Gráfico 10).

Como no caso das matrículas, outro cruzamento relevante para os/as concluintes é o de gênero *versus* titulação (Gráfico 11). Em 2012, ao final do processo de formação superior, as mulheres tinham ampla maioria, tanto na licenciatura, com 72% de formandas e no bacharelado, com 58%; quanto nos cursos superiores de tecnologia, em que os números são um pouco mais equilibrados, com 52% para mulheres contra 48% para os homens.

Mas a proporcionalidade apresentada em 2012 nos cursos superiores de tecnologia desaparece quando o foco é a comparação da titulação por IES. Neste quesito, é possível verificar que as mulheres são, novamente, a grande maioria entre os/as formandos/as das universidades, dos centros universitários, das faculdades, mantendo-se a exceção nos institutos federais (ensino público). Neste caso, em torno de 36,5% dos formandos/as em 2012 eram mulheres, contra 63,5% de homens (Gráfico 12).

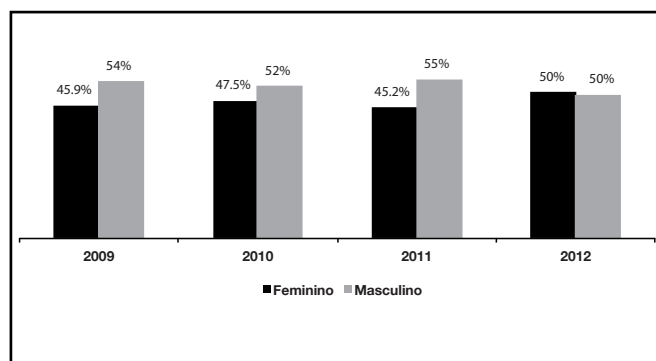
O mesmo cenário, mas com um equilíbrio maior entre estudantes de ambos os sexos, é a situação dos cursos superiores de tecnologia, como demonstrado no Gráfico 13.

GRÁFICO 9
CONCLUINTES – GÊNERO X REDE PÚBLICA/PRIVADA
2009-2012



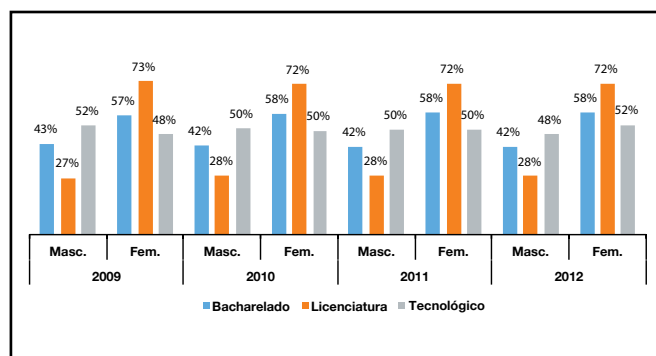
Fonte: Inep/Censo da Educação Superior.

GRÁFICO 10
CONCLUINTES – INSTITUTOS FEDERAIS X GÊNERO
2009-2012



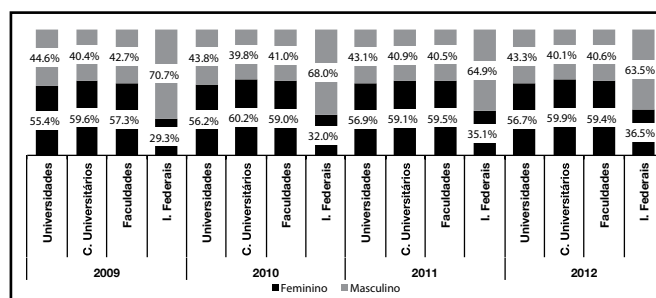
Fonte: Inep/Censo da Educação Superior.

GRÁFICO 11
CONCLUINTES – GÊNERO X TITULAÇÃO
2009-2012



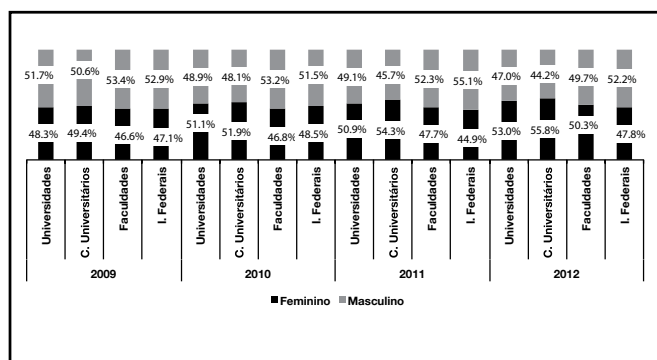
Fonte: Inep/Censo da Educação Superior.

GRÁFICO 12
CONCLUINTES – BACHARELADO – GÊNERO X IES
2009-2012



Fonte: Inep/Censo da Educação Superior.

GRÁFICO 13
CONCLUINTES – TECNÓLOGOS
GÊNERO X IES – 2009-2012

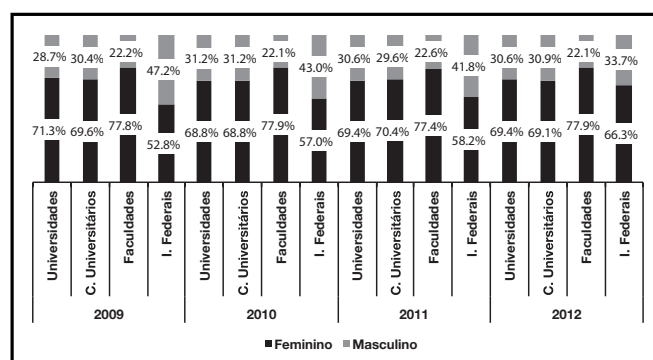


Fonte: Inep/Censo da Educação Superior.

Como revela o Gráfico 14, no caso das licenciaturas, o panorama também segue o padrão das matrículas, chegando, nas IES do tipo faculdade, ao topo de 77,9% de formandas em 2012, enquanto a porcentagem máxima de formandos foi de 47,2%, nos IFs, em 2009. Todavia, este percentual de formandos do sexo masculino nos cursos de licenciatura é bem superior à média de formandos 2012 em todos os tipos de instituição, que ficou em torno de 29,3%.

A distribuição dos/as concluintes por região do Brasil está disponível na Tabela 4. Os números apresentam a situação dos tipos de curso entre os anos de 2009 e 2012. Assim como no status das matrículas, nos cursos de bacharelado as mulheres

GRÁFICO 14
CONCLUINTES – LICENCIATURA
GÊNERO X IES, 2009-2012



Fonte: Inep/Censo da Educação Superior.

estão em maior número entre os futuros profissionais em todas as regiões, com destaque para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde as estudantes representam 59% das/os concluintes. Nos cursos de Licenciatura, as estudantes também dominam, mas é possível notar um lento crescimento da presença masculina no Nordeste, Centro-Oeste e Sul. No Sudeste, a situação permaneceu sem alteração e, no Norte, a porcentagem de licenciadas cresceu dois pontos percentuais entre 2009 e 2012. Entre as/os tecnólogos/as, a situação é curiosa com relação ao quadro de matrículas. Apesar do fato de as mulheres estarem em menor número na entrada desses cursos, na etapa de conclusão as estudantes apresentam-se em ligeira vantagem percentual.

Ao contrário da hegemonia feminina em praticamente todos os números relativos ao acesso ao ensino superior e à sua conclusão, o número de docentes do sexo masculino ainda é, em média, 10 pontos percentuais mais elevado do que o feminino.

TABELA 4
CONCLUINTES – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL – GÊNERO X TITULAÇÃO – 2009-2012

TITULAÇÃO	REGIÃO	GÊNERO	2009	2010	2011	2012
Bacharelado	Norte	Feminino	58,2%	59,3%	60,3%	59,7%
		Masculino	41,8%	40,7%	39,7%	40,3%
	Nordeste	Feminino	57,9%	59,6%	59,4%	59,8%
		Masculino	42,1%	40,4%	40,6%	40,2%
	Centro-Oeste	Feminino	57,4%	58,0%	59,5%	59,7%
		Masculino	42,6%	42,0%	40,5%	40,3%
	Sudeste	Feminino	56,2%	57,2%	57,8%	57,3%
		Masculino	43,8%	42,8%	42,2%	42,7%
	Sul	Feminino	56,2%	57,0%	56,8%	57,4%
Masculino		43,8%	43,0%	43,2%	42,6%	
			2009	2010	2011	2012
Licenciatura	Norte	Feminino	67,3%	67,5%	67,0%	69,3%
		Masculino	32,7%	32,5%	33,0%	30,7%
	Nordeste	Feminino	71,7%	68,9%	70,3%	69,9%
		Masculino	28,3%	31,1%	29,7%	30,1%
	Centro-Oeste	Feminino	73,7%	71,9%	72,7%	71,6%
		Masculino	26,3%	28,1%	27,3%	28,4%
	Sudeste	Feminino	73,7%	73,1%	73,2%	73,6%
		Masculino	26,3%	26,9%	26,8%	26,4%
	Sul	Feminino	75,1%	72,4%	73,3%	72,8%
Masculino		24,9%	27,6%	26,7%	27,2%	
			2009	2010	2011	2012
Tecnólogo	Norte	Feminino	39,6%	44,9%	44,2%	50,6%
		Masculino	60,4%	55,1%	55,8%	49,4%
	Nordeste	Feminino	51,1%	51,2%	51,1%	55,3%
		Masculino	48,9%	48,8%	48,9%	44,7%
	Centro-Oeste	Feminino	53,2%	50,7%	51,9%	53,6%
		Masculino	46,8%	49,3%	48,1%	46,4%
	Sudeste	Feminino	47,4%	49,5%	50,1%	51,8%
		Masculino	52,6%	50,5%	49,9%	48,2%
	Sul	Feminino	48,3%	48,9%	49,6%	51,9%
Masculino		51,7%	51,1%	50,4%	48,1%	

Fonte: Inep/Censo da Educação Superior.

2.3. DOCENTES

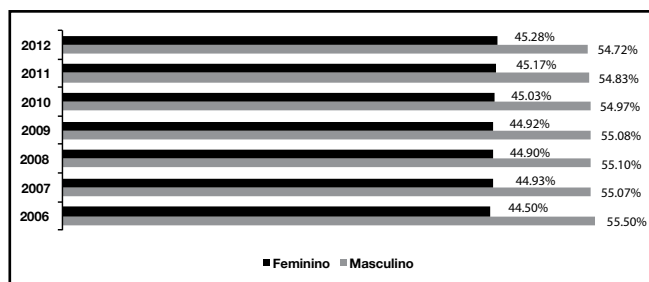
Após a verificação do panorama dos/as estudantes de graduação, a análise dos dados sobre a docência no ensino superior brasileiro é um estímulo para pensar os objetivos dos processos de formação e as dinâmicas do mercado de trabalho, uma vez que a performance feminina nos cursos superiores não se mantém a mesma quando o assunto é empregabilidade. Ao contrário da hegemonia feminina em praticamente todos os números relativos ao acesso ao ensino superior e à sua conclusão, o número de docentes do sexo masculino ainda é, em média, 10 pontos percentuais mais elevado do que o feminino. Em 2012, a composição ficou em 54,72% de homens e 45,28% de mulheres, e esta é uma média que se manteve mais ou menos inalterada no período avaliado (2006-2012), conforme demonstrado no Gráfico 15.

Quando a análise tem como foco a rede de ensino onde o/a docente está inserido/a, se pública ou privada, a prevalência masculina chama a atenção nas instituições públicas. E isso é ainda mais notável levando-se em consideração que o processo seletivo nessas instituições é realizado prioritariamente através de concurso público, o que sugeriria uma maior igualdade de oportunidades. Na prática, contudo, a diferença está presente, como é possível constatar no Gráfico 16.

Ainda no âmbito da rede pública de ensino, o Gráfico 17 apresenta a diferença percentual entre homens e mulheres por região, entre 2006 e 2012, permitindo obter uma visão geral da transformação do perfil dos recursos humanos no ensino superior, quando a variável é gênero. Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul apresentaram queda no valor da diferença, com destaque para o Nordeste, que praticamente igualou o número de docentes homens e mulheres em 2012. Já no caso do Sudeste, o percentual de homens aumentou um ponto, na contramão do que se verifica nas demais regiões.

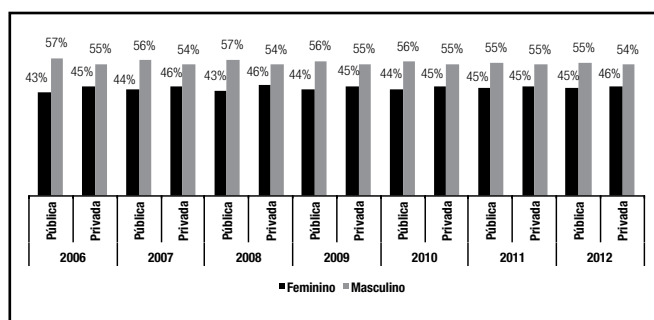
As informações sobre a docência no ensino superior, quando desdobradas por região do Brasil, revelam que a predominância do sexo masculino é recorrente. Mostram também que essa predominância varia conforme a região.

GRÁFICO 15
DOCENTES X GÊNERO
2006-2012



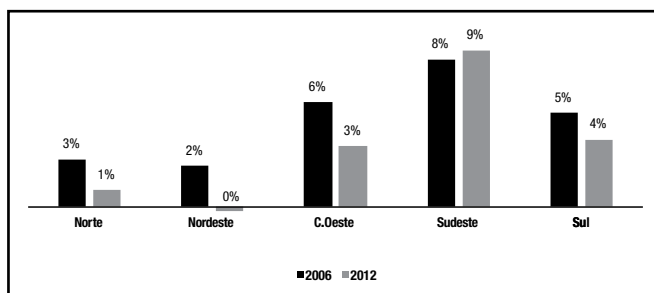
Fonte: Inep/Censo da Educação Superior.

GRÁFICO 16
DOCENTES – GÊNERO X REDE
2006-2012



Fonte: Inep/Censo da Educação Superior.

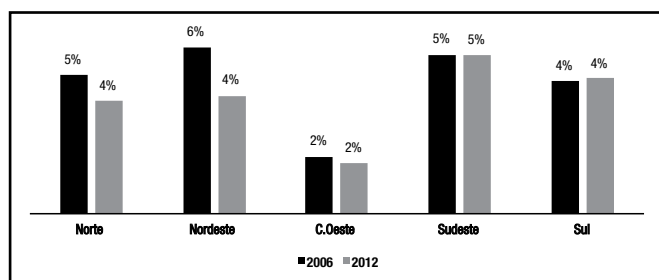
GRÁFICO 17
DOCENTES DO SEXO MASCULINO – DIFERENÇA
PERCENTUAL REDE PÚBLICA X REGIÃO – 2006 E 2012



Fonte: Inep/Censo da Educação Superior.

GRÁFICO 18

**DOCENTES DO SEXO MASCULINO – DIFERENÇA
PERCENTUAL REDE PRIVADA X REGIÃO – 2006 E 2012**



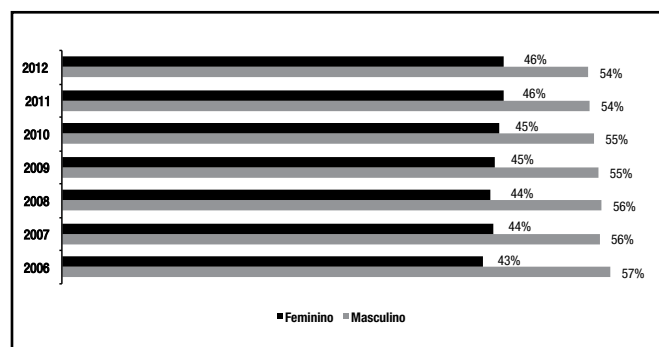
Fonte: Inep/Censo da Educação Superior.

Entretanto, não é apenas na rede pública que a diferença está presente. Na rede privada, o percentual masculino entre docentes também apresenta, grosso modo, o mesmo perfil. O processo seletivo para a rede privada é de responsabilidade das próprias instituições, não é obrigatória a adoção do concurso público e da consequente isonomia formal de oportunidades. No comparativo dos anos de 2006 e 2012, é possível observar que o percentual do sexo masculino caiu nas regiões Norte (um ponto) e Nordeste (dois pontos). Nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, os homens permaneceram maioria, como mostra o Gráfico 18.

A distribuição dos/as docentes, sejam servidores/as públicos/as ou empregados/as de instituição privada, é apresentada nos gráficos a seguir. Nas universidades, a predominância masculina nos anos selecionados estava em uma linha decrescente, mas em 2012 os homens ainda representavam 54% do corpo docente e as mulheres, 46% (Gráfico 19).

GRÁFICO 19

**DOCENTES EM UNIVERSIDADES X GÊNERO
2006-2012**



Fonte: Inep/Censo da Educação Superior.

O Gráfico 20 apresenta a situação nos centros universitários, onde a queda da diferença entre homens e mulheres foi bastante acentuada, embora a diferença ainda seja relevante: 61% de homens para 39% de mulheres, em 2006; e 55% e 45%, respectivamente, em 2012.

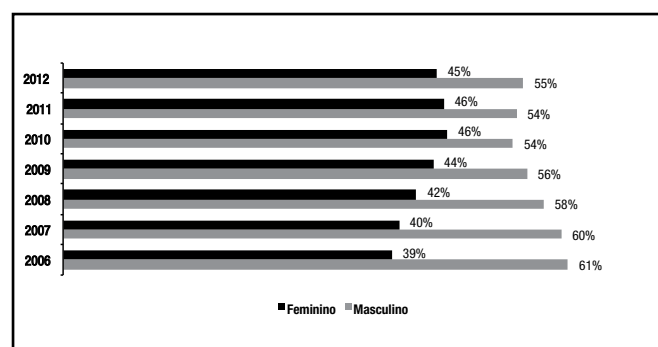
Na contramão das universidades e dos centros universitários, estão as faculdades, onde a presença masculina entre os/as docentes cresceu, passando de 54% em 2006, para 58%, em 2012, conforme apresentado no Gráfico 21.

Nos IFs, apesar da redução do número de homens no corpo docente, o percentual de mulheres ainda é significativamente inferior. Em 2006, as mulheres representavam 32% da equipe docente e, em 2012, este número subiu para 38% (Gráfico 22). Importante salientar que IFs são instituições públicas e, por esse motivo, contratam recursos humanos através de concursos públicos, o que, em tese, garantiria maior isonomia de oportunidades para ambos os sexos. Neste caso, é necessário observar também que a diferença entre concluintes nestas instituições vem caindo ao longo dos anos, conforme apresentado no Gráfico 10. Nelas, em 2009, as concluintes representavam 45,9%, chegando a 50%, em 2012.

As informações sobre a docência no ensino superior, quando desdobradas por região do Brasil, revelam que a predominância do sexo masculino é recorrente. Mostram também que essa predominância varia conforme a região e que há, salvo na região Centro-Oeste, uma redução paulatina do desequilíbrio. No caso da região Norte (Gráfico 23), a situação da rede pública, em 2006, era de 10 pontos percentuais a mais para os homens; em 2012, esse índice caiu para seis pontos. Na rede privada, esta queda é ainda mais visível, indo de seis pontos percentuais, em 2006, para dois pontos, em 2012.

GRÁFICO 20

**DOCENTES EM CENTROS UNIVERSITÁRIOS X GÊNERO
2006- 2012**

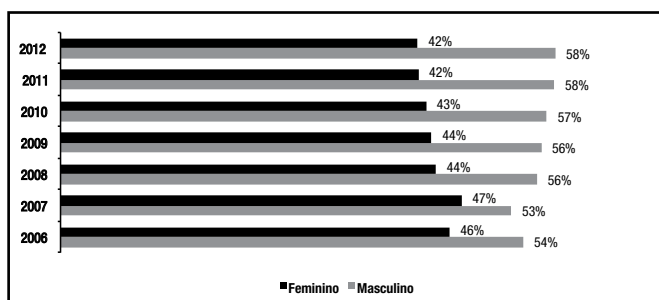


Fonte: Inep/Censo da Educação Superior.

Desde 2006, no Nordeste, diferentemente das outras regiões, a defasagem entre homens e mulheres na rede privada nunca foi superior a quatro pontos, sendo que, a partir de 2011, é possível verificar uma equiparação que se manteve também em 2012 (Gráfico 24). Já na rede pública, no cenário de 2012 os homens mantinham-se como maioria (54%), diminuindo apenas um ponto em relação a 2006.

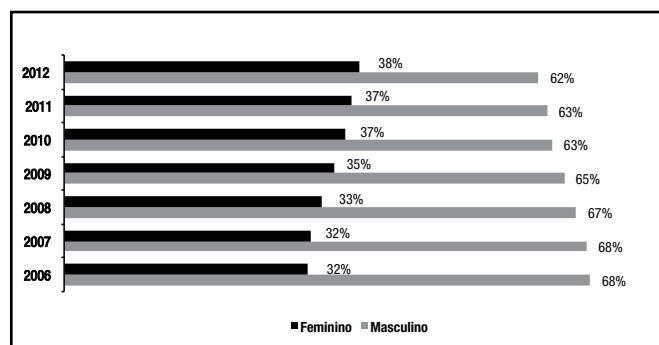
Na região Centro-Oeste (Gráfico 25), quando comparada a outras regiões em que a maioria masculina está em declínio, a diferença é visível. Em 2012, a proporção na rede privada era de 47% de mulheres para 53% de homens; enquanto na rede pública, era de 48% de mulheres e 52% de homens. Interessante notar que os índices não se modificaram muito nos sete anos aqui considerados, mantendo-se uma média de seis pontos percentuais de diferença em favor dos homens durante todo o período.

GRÁFICO 21
DOCENTES EM FACULDADES X GÊNERO
2006-2012



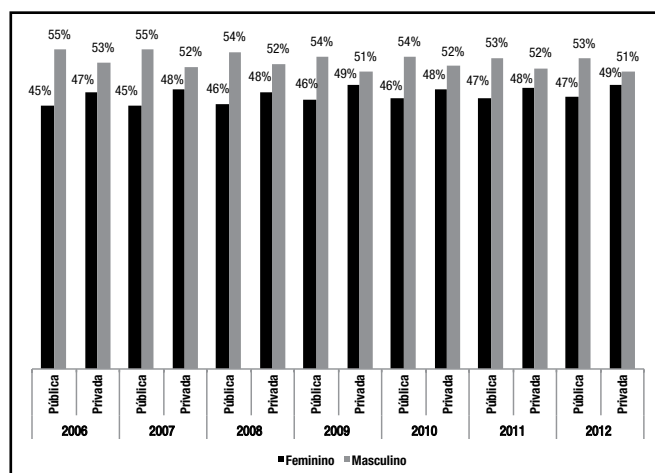
Fonte: Inep/Censo da Educação Superior.

GRÁFICO 22
DOCENTES EM INSTITUTOS FEDERAIS X GÊNERO
2006-2012



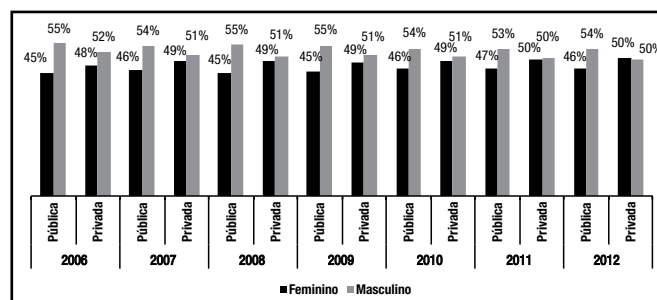
Fonte: Inep/Censo da Educação Superior.

GRÁFICO 23
REGIÃO NORTE – DOCENTES X GÊNERO X TIPO DE IES
2006-2012



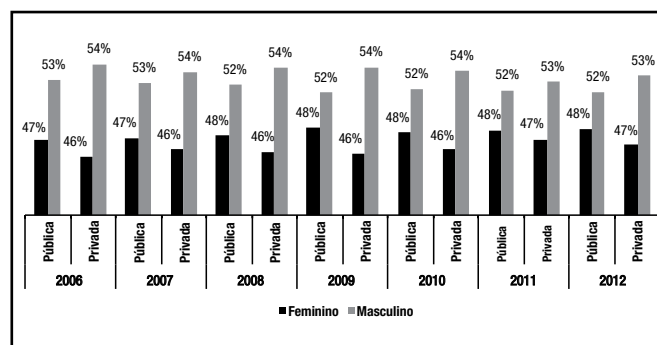
Fonte: Inep/Censo da Educação Superior.

GRÁFICO 24
REGIÃO NORDESTE – DOCENTES X GÊNERO
2006-2012



Fonte: Inep/Censo da Educação Superior.

GRÁFICO 25
REGIÃO CENTRO-OESTE
DOCENTES X GÊNERO X TIPO DE IES – 2006-2012

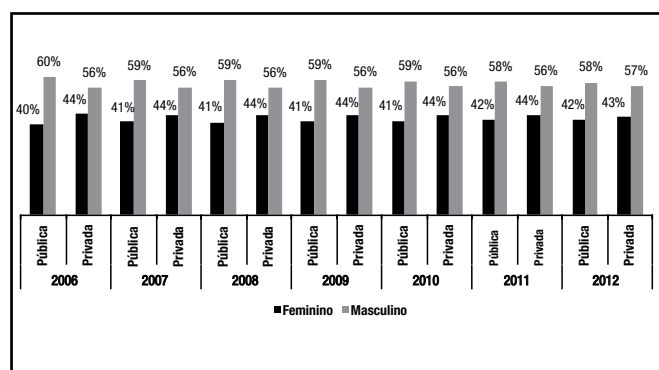


Fonte: Inep/Censo da Educação Superior.

A região Sudeste também registrou pequeno declínio da maioria masculina na rede pública. Em 2006, tínhamos 60% de docentes do sexo masculino; em 2012, chegavam a 58%. Já na rede privada, houve uma ligeira queda da presença das mulheres na docência superior: em 2006, perfaziam 44% e, em 2012, 43% (Gráfico 26).

GRÁFICO 26

**REGIÃO SUDESTE – DOCENTES X GÊNERO X TIPO DE IES
2006-2012**

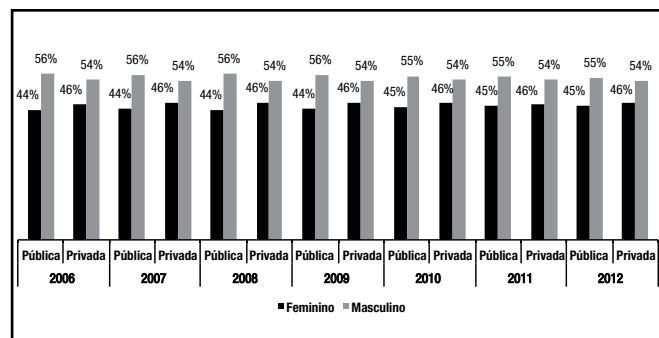


Fonte: Inep/Censo da Educação Superior.

Por fim, na região Sul, em 2006, a diferença em favor de docentes do sexo masculino na rede pública chegava a 12 pontos; na rede privada, oito pontos. Já em 2012, a rede pública registrou diferença de 10 pontos, enquanto a rede privada manteve a mesma diferença. Este cenário é apresentado a seguir, no Gráfico 27.

GRÁFICO 27

**REGIÃO SUL – DOCENTES X GÊNERO X TIPO DE IES
2006-2012**



Fonte: Inep/Censo da Educação Superior.

2.4. FUNCIONÁRIOS/AS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

A reflexão sobre a presença de mulheres na universidade é uma questão cada vez mais premente e atual, assim como análises sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho, seja no âmbito privado ou público. À primeira vista, apresenta-se como um processo de conquista de relativa equidade quando o assunto são recursos humanos. No caso dos docentes, um processo lento e gradativo, mas que parece tender a um patamar futuro menos desigual.

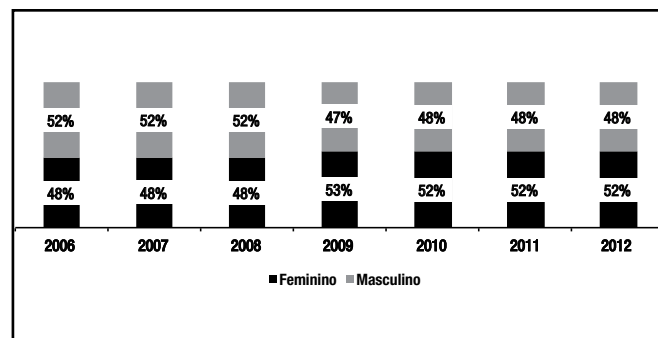
Os indicadores mostram que as mulheres estão, de maneira geral, mais escolarizadas do que os homens. E elas também são maioria entre os/as funcionários/as técnico-administrativos das instituições de ensino superior, o que representa uma dissonância em relação à sua presença entre docentes.

No caso dos/as docentes, a taxa de crescimento da participação das mulheres entre 2006 e 2012 foi de 36,1%, enquanto a dos homens ficou em 31%; já entre os/as funcionários/as técnicos administrativos, o aumento do contingente masculino se manteve em 31% e as mulheres registraram um incremento na participação de 42,1%, 6 pontos percentuais a mais do que as docentes.

Para docentes e para técnico-administrativos, o incremento observado reflete a situação do mercado de trabalho, onde a presença feminina é cada vez maior. De acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego, entre 2010 e 2011, houve uma taxa de crescimento de 5,93% de mulheres empregadas, enquanto para homens a taxa ficou em 4,49% (MTE, 2013). Porém, é ainda imprescindível a realização de análises mais aprofundadas sobre a distribuição dos cargos, tanto no que se refere aos rendimentos, quanto no que diz respeito ao valor simbólico ou prestígio dos postos ocupados.

GRÁFICO 28

**TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS – REDE PÚBLICA X GÊNERO
2006-2012**

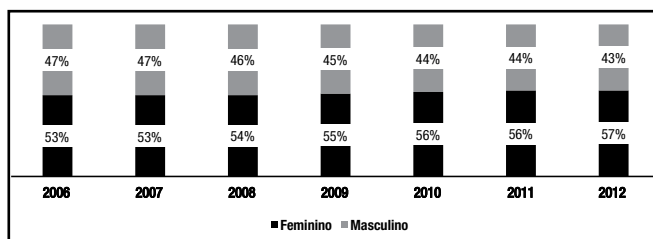


Fonte: Inep/Censo da Educação Superior.

O Gráfico 28 mostra a inversão no número de funcionários do sexo masculino e do sexo feminino na rede pública entre 2006 e 2012, quando as mulheres passaram a ser maioria nos cargos técnico-administrativos.

Na rede privada, a diferença de gênero também é evidente. Neste caso, as mulheres representam uma maioria em expansão. Se, em 2006, a proporção era de 53% de mulheres; em 2012, este número sobe para 57%, 14 pontos a mais do que a porcentagem de técnicos do sexo masculino, conforme apresentado no Gráfico 29.

GRÁFICO 29
**TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS – REDE PRIVADA X GÊNERO
2006-2012**



Fonte: Inep/Censo da Educação Superior.

3. PERFIL DOS CURSOS E SEUS ESTUDANTES

Os dados utilizados para traçar o perfil dos cursos e dos estudantes advêm do Questionário Socioeconômico do Enade referente aos ciclos 2 e 3, que compreendem os anos de 2007/2008/2009 e 2010/2011/2012, respectivamente. O Enade é aplicado de forma anual para grupos de áreas e cada grupo passa pelo processo de avaliação a cada três anos. Nos ciclos analisados, os cursos participantes, de maneira geral, foram os seguintes:

2007/2010 – Os que conferem diploma de bacharel nas áreas de Agronomia, Biomedicina, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Serviço Social, Terapia Ocupacional e Zootecnia; diploma de tecnólogo em Agroindústria, Agronegócios, Gestão Hospitalar, Gestão Ambiental e Radiologia.

2008/2011 – Os que conferem diploma de bacharel em Arquitetura e Urbanismo e Engenharia;⁷ bacharel ou licenciatura em Biologia, Ciências Sociais, Computação, Filosofia, Física,

Geografia, História, Letras, Matemática e Química; licenciatura em Pedagogia, Educação Física, Artes Visuais e Música; tecnólogo em Alimentos, Construção de Edifícios, Automação Industrial, Gestão da Produção Industrial, Manutenção Industrial, Processos Químicos, Fabricação Mecânica, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Redes de Computadores e Saneamento Ambiental.

2009/2012 – Os que conferem diploma de bacharel em Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comunicação Social (que podem ser organizados em subgrupos que permitam a avaliação de componentes específicos da área), Design, Direito, Psicologia, Relações Internacionais, Secretariado Executivo e Turismo; tecnólogo em Gestão Comercial, Gestão de Recursos Humanos, Gestão Financeira, Logística, Marketing e Processos Gerenciais.

A análise a partir dos dados do Enade permite a observação de determinados indicadores por gênero e por tipo de curso, e as consequentes distorções a partir da ocupação das diferentes carreiras. O comparativo entre as áreas avaliadas pelo Enade apresenta as nuances entre as experiências dos/as estudantes e seus perfis, que mudam significativamente, dependendo do curso em questão. Na análise da distribuição de homens e mulheres nos diferentes cursos de graduação, salta aos olhos a disparidade em algumas carreiras. De maneira geral, as mulheres continuam em alta nas áreas que demandam características pessoais socialmente consideradas “mais femininas”, como nas carreiras de Educação, Saúde e Bem-Estar Social, Serviços, e Humanidades e Artes. Os Gráficos 30 e 31 apresentam a configuração das áreas avaliadas nos ciclos 2 e 3 do Enade, que comparam o número de homens e mulheres em cada curso.

Os dois gráficos apresentam variações muito parecidas, com números impressionantes do domínio feminino em carreiras como Terapia Ocupacional, Nutrição, Serviço Social e Fonoaudiologia, com mais de 90% de mulheres, em 2007.

No ano de 2010, foram incluídos outros cursos na avaliação, com uma maior diversidade de carreiras tecnológicas que, em regra, são voltadas para a preparação de mão de obra para o mercado de trabalho em subáreas específicas das graduações tradicionais. Geralmente têm carga horária menor

⁷ A área de Engenharia é avaliada segundo a divisão em grupos específicos.

Grupo I: Engenharia Geológica, Engenharia de Agrimensura, Engenharia Cartográfica, Engenharia Civil, Engenharia de Recursos Hídricos e Engenharia Sanitária.

Grupo II: Engenharia Elétrica, Engenharia Industrial Elétrica, Engenharia Eletrotécnica, Engenharia de Computação, Engenharia de Comunicações, Engenharia de Redes de Comunicação, Engenharia Eletrônica, Engenharia Mecatrônica, Engenharia de Controle e Automação e Engenharia de Telecomunicações.

Grupo III: Engenharia Industrial Mecânica, Engenharia Mecânica, Engenharia Aeroespacial, Engenharia Aeronáutica, Engenharia Automotiva e Engenharia Naval.

Grupo IV: Engenharia Bioquímica, Engenharia de Biotecnologia, Engenharia Industrial Química, Engenharia Química, Engenharia de Alimentos, Engenharia Industrial Têxtil e Engenharia Têxtil.

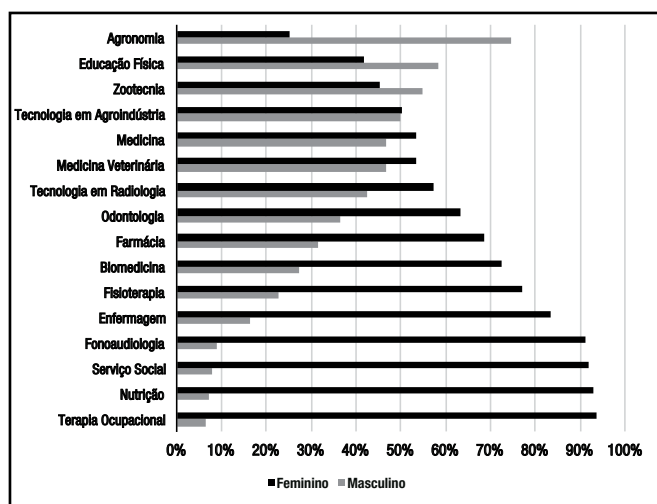
Grupo V: Engenharia de Materiais, Engenharia Física, Engenharia Metalúrgica, Engenharia de Materiais— Madeira e Engenharia de Materiais – Plástico.

Grupo VI: Engenharia de Produção, Engenharia de Produção Mecânica, Engenharia de Produção Elétrica, Engenharia de Produção Química, Engenharia de Produção Têxtil, Engenharia de Produção de Materiais e Engenharia de Produção Civil.

Grupo VII: Engenharia Ambiental, Engenharia Industrial, Engenharia de Minas e Engenharia de Petróleo.

Grupo VIII: Engenharia Agrícola, Engenharia Florestal e Engenharia de Pesca.

GRÁFICO 30
GÊNERO NOS CURSOS SUPERIORES – 2007



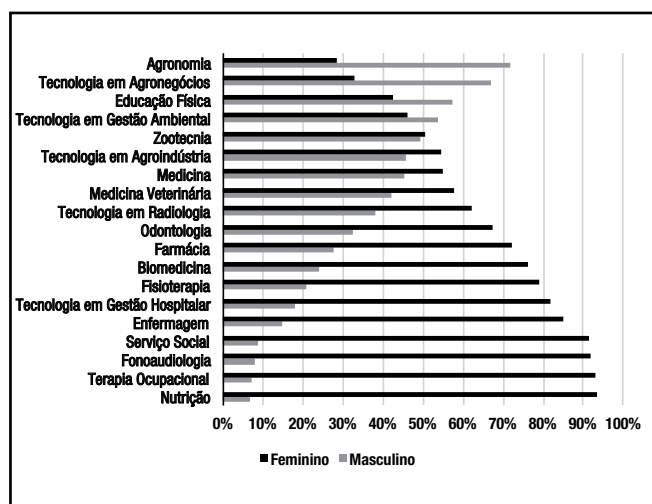
Fonte: Inep/Enade.

e duração total de dois a três anos.⁸ Como é possível verificar no Gráfico 31, estas graduações atraem estudantes da mesma forma que os cursos tradicionais, a despeito de configurarem uma proposta inovadora de formação superior, para uma rápida inserção no mundo do trabalho. Também na graduação tecnológica, os pressupostos de carreiras ditas masculinas e femininas parecem presentes, pois os cinco cursos avaliados apresentaram diferença significativa na presença de homens e mulheres matriculados. Essa diferença chega a 10 pontos percentuais, mesmo em cursos, como o de Tecnologia em Agroindústria, que, em 2007, tinha apresentado paridade entre homens e mulheres matriculados. Destaque também para a graduação em Zootecnia, curso mais paritário, apresentando variação inferior a 10 pontos percentuais.

Outro dado que chama atenção é o número de mulheres matriculadas de maneira geral. Das 16 graduações avaliadas em 2007, 12 tinham maioria feminina, o que representa 75% dos cursos. Em 2010, esse número subiu para 79%, com 19 cursos mobilizando contingente ainda maior de mulheres.

⁸ Para mais informações, consultar: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: fev. 2015.

GRÁFICO 31
GÊNERO NOS CURSOS SUPERIORES – 2010



Fonte: Inep/Enade.

Nos anos de 2008 e 2011, representados nos Gráficos 32 e 33, os cursos avaliados eram das áreas de ciências exatas e licenciaturas. A disparidade entre mulheres e homens também impressiona. Mas agora a maioria é masculina, uma vez que dos 30 cursos participantes em 2008, 19 deles, ou seja, 63,3% apresentaram presença maciça masculina. Dentre estas áreas, seis cursos têm presença feminina inferior a 10%. São eles Tecnologia em Automação Industrial, Engenharia (grupo III),⁹ Tecnologia em Manutenção Industrial, Tecnologia em Fabricação Mecânica e Engenharia (grupo II).¹⁰ Com o mesmo índice percentual de minoria masculina, apenas o curso de Pedagogia. Os cursos mais equânimes nesta avaliação foram Matemática e Geografia.

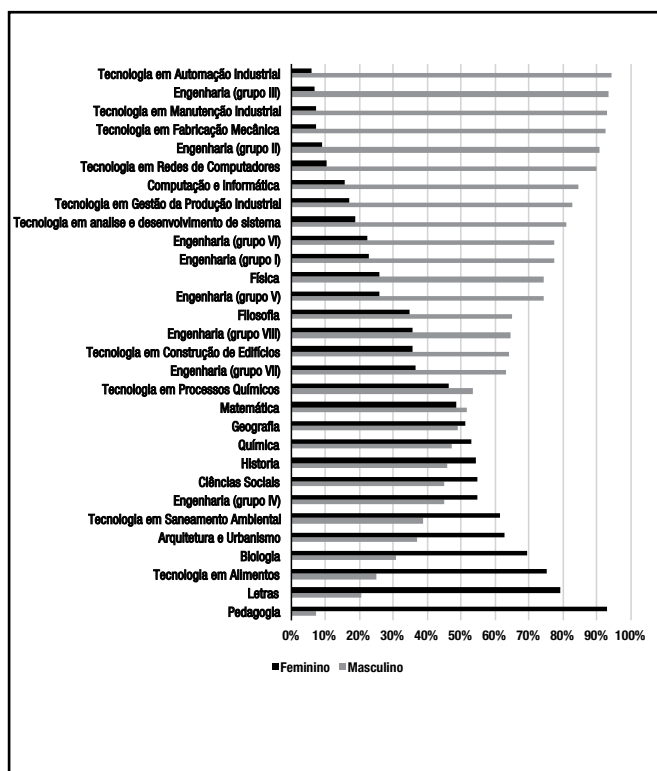
⁹ Engenharia Aeroespacial, Engenharia Aeronáutica, Engenharia Automotiva, Engenharia Industrial Mecânica, Engenharia Mecânica e Engenharia Naval.

¹⁰ Engenharia da Computação, Engenharia de Comunicações, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia de Redes de Comunicação, Engenharia de Telecomunicações, Engenharia Elétrica, Engenharia Eletrônica, Engenharia Eletrotécnica, Engenharia Industrial Elétrica e Engenharia Mecatrônica.

Em 2011, a representação feminina também foi menor, uma vez que dos 46 cursos retratados, 26 tinham mais homens do que mulheres, ou seja, 56,2%. Notadamente nos cursos de Engenharia, os estudantes predominam. Das oito áreas específicas da carreira, sete apresentaram número de homens bastante superior ao de mulheres, sendo duas áreas com mais de 90% de estudantes do sexo masculino, três áreas com média de 75%, duas em torno de 63%. Apenas uma, de Engenharia grupo IV,¹¹ apresentou número mais alto de mulheres em 2008 e 2011. Ainda em 2011, dos 13 cursos de licenciatura analisados, oito possuíam contingente maior de mulheres, o que representa 61,5%. O curso de Pedagogia continua sendo o curso mais feminino, com 93,3% de mulheres matriculadas (Gráfico 33).

GRÁFICO 32

GÊNERO NOS CURSOS SUPERIORES – 2008



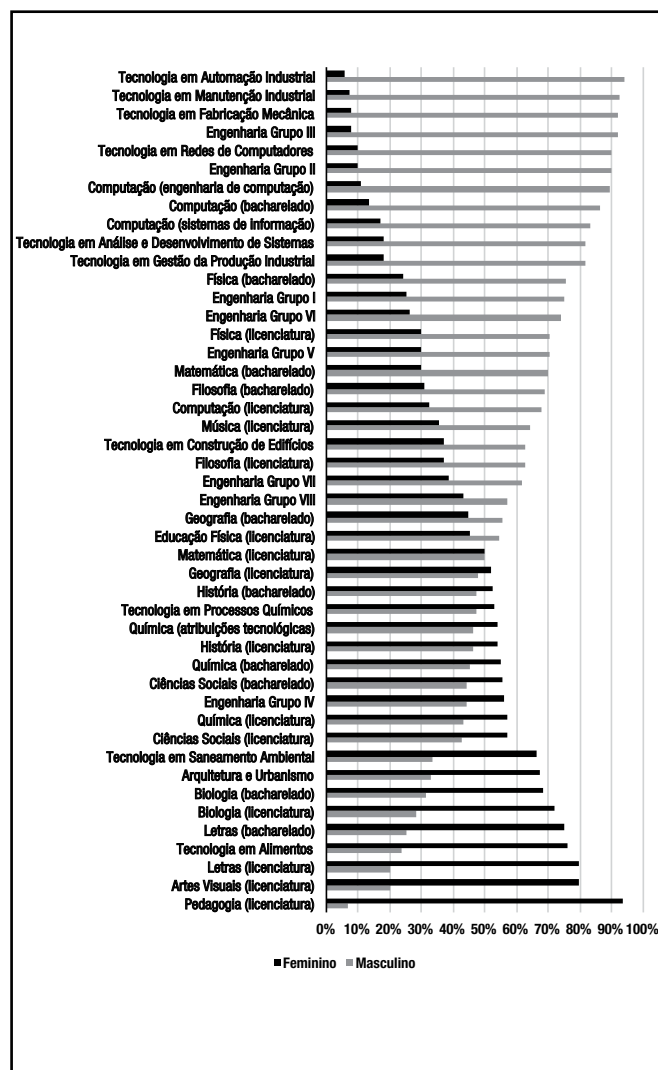
Fonte: Inep/Enade.

¹¹ Engenharia Bioquímica, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Biotecnologia, Engenharia Industrial Química, Engenharia Química e Engenharia Têxtil.

Os anos de 2009 e 2012, descritos nos Gráficos 34 e 35, voltam a apontar a prevalência feminina nos cursos de ciências humanas e sociais. Em 2009, 22 cursos foram avaliados. Desses, 16 cursos apresentaram maioria de mulheres. Entretanto, pelo menos três cursos se mostraram mais paritários: Tecnologia em Processos Gerenciais, Tecnologia em Marketing e Direito. Em outros sete cursos, os homens eram minoria, com diferença de até 20 pontos percentuais. São eles: Administração, Ciências Contábeis, Design, Comunicação Social, Tecnologia em Gastronomia, Tecnologia em Gestão Financeira e Relações Internacionais. No lado oposto, no curso de Estatística os homens predominaram. Os cursos com porcentagem de mulheres superior a 90% foram Tecnologia em Design de Moda e Secretariado Executivo.

GRÁFICO 33

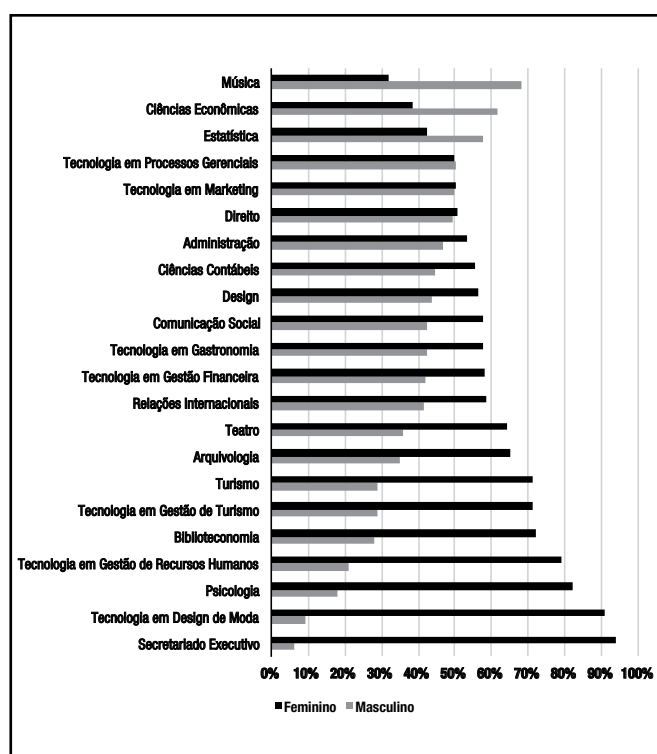
GÊNERO NOS CURSOS SUPERIORES – 2011



Fonte: Inep/Enade.

Na avaliação de 2012, 82% dos 17 cursos participantes apresentaram maioria de estudantes do sexo feminino, sendo que os cursos de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, Psicologia e Secretariado Executivo contabilizaram as maiores concentrações de mulheres naquele ano, com 81,3%, 83,3% e 95%, respectivamente. Música, Ciências Econômicas e Estatística foram as graduações com maior número de homens; Tecnologia em Gestão Comercial, Tecnologia em Marketing, Direito, Tecnologia em Processos Gerenciais, Design, Publicidade e Propaganda, Administração, Relações Internacionais, Ciências Contábeis, Jornalismo e Tecnologia em Gestão Financeira apresentaram uma situação menos desigual, com uma diferença entre os e as estudantes de até 35%.

GRÁFICO 34
GÊNERO NOS CURSOS SUPERIORES – 2009



Fonte: Inep/Enade.

O estudo Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça (Ipea, 2011) reafirmou o significativo feito das mulheres ao terem alcançado os cursos de graduação de maneira tão inequívoca. Os dados mostram que nos últimos anos houve, de maneira geral, um aumento na diversidade de pessoas matriculadas no ensino superior, mas a equidade quando o assunto é raça, por exemplo, ainda está distante.

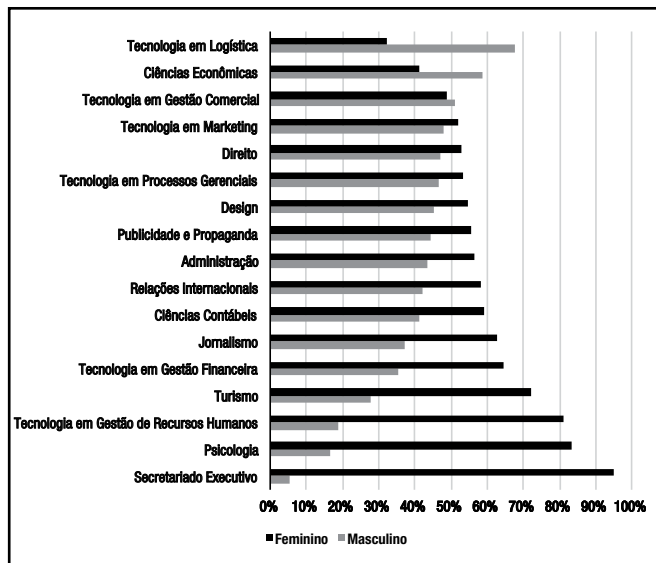
Em 1995, a taxa de escolarização líquida, que mede a proporção de pessoas matriculadas no nível de ensino adequado para sua idade – no caso da educação superior, entre 18 e 24 anos –, era de 5,8%; em 2009, este percentual chegou a 14,4%, registrando um incremento de 148%. Neste mesmo ano, ao adicionar o quesito raça, a taxa de escolarização líquida chegou a 21,3% entre a população branca, contra apenas 8,3% entre a população negra. Ainda em 2009, desagregando os dados por sexo, raça e incluindo estudantes de todas as idades, o nível de escolarização de nível superior das mulheres ficou em 16,6%, enquanto o dos homens 12,2%; as mulheres brancas chegaram a 23,8%, enquanto, entre as negras, este índice ficou em 9,9%, diminuindo para 6,9% entre os homens negros. Os dados apresentados mostram que de modo geral os/as jovens negros ainda estão à margem da educação de nível superior.

A população brasileira é formada por 50,7% de pardos/as e pretos/as e 47,7% de brancos/as, conforme o Censo IBGE, 2010. O Gráfico 36 apresenta as informações do Enade baseadas nas respostas de estudantes de todas as faixas etárias nos anos 2010, 2011 e 2012. Em 2010, 46% dos/as respondentes se declararam brancos/as, e 25% pardos/as e negros/as.¹² Entre as mulheres, as negras são as menos representadas, 4,8% dos/as estudantes, salientando que seu peso na população brasileira em 2010 era de 7,1%. Cabe ressaltar o considerável número de estudantes que não respondeu a questão no ano de 2010, em média 27%. Nos anos de 2011 e 2012, este índice foi reduzido para 2,5% e 1%, respectivamente.

Em 2011, na avaliação do Enade, a proporção ficou em 37,3% de pardos/as e negros/as e 58% de brancos/as. Ao desdobrar o índice por gênero, temos, no ano de 2011, 60,1% de homens brancos, 55,9% de mulheres brancas e 49,3% de mulheres pardas e negras e 34,9% de homens pardos e negros. Interessante observar que, neste ano, foram avaliados os cursos de ciências exatas, licenciaturas e áreas afins, indicando que, no conjunto das áreas do conhecimento avaliadas em 2011, a prevalência masculina branca continua no ensino superior, seguido por mulheres brancas, mulheres pardas e negras e, finalmente, homens negros.

¹² O IBGE utiliza categorias branca, preta, amarela, parda e indígena para designar raça. O Questionário Socioeconômico do Enade utiliza branco/a, negro/a, pardo/a, mulato/a, amarelo/a (de origem oriental) e indígena ou de origem indígena. Neste texto, que cruza os dados das duas fontes, foram utilizadas as categorias indicadas pelo Enade, pardos e negros, sendo negro correspondente ao estrato preto relacionado pelo IBGE.

GRÁFICO 35
GÊNERO NOS CURSOS SUPERIORES – 2012



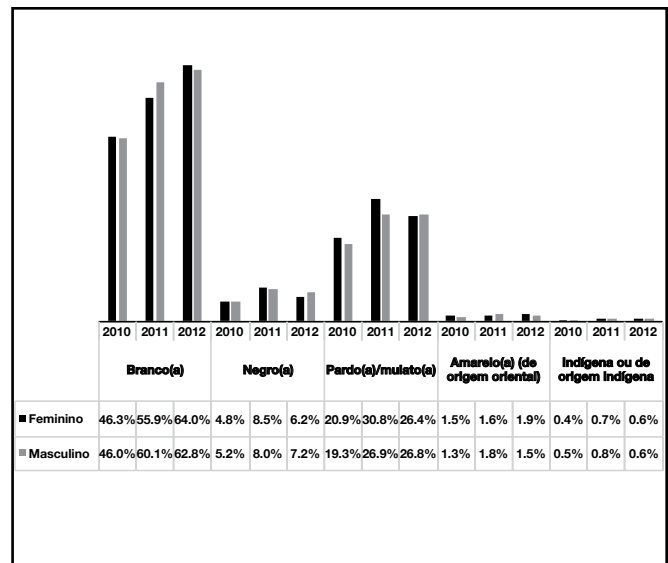
Fonte: Inep/Enade.

Em 2012, a avaliação do Enade dos cursos de ciências sociais aplicadas, ciências humanas e afins também apresentou dissonância, pois contabilizou 63,4% de estudantes brancos/as matriculados/as, contra 46,6% de estudantes negros/as e pardos/as. Na relação entre homens e mulheres, o percentual registrou uma alteração curiosa, já que as mulheres negras e pardas passaram a representar 32,6% das matrículas, os homens 34%, e as estudantes brancas, 64%, e os estudantes brancos, 62,8%. O resultado da comparação entre 2012 e 2011 foi um aumento do número de estudantes brancas, com redução da porcentagem de estudantes negras e pardas, acompanhada da redução do número de homens brancos e do aumento de estudantes negros e pardos.

A Tabela 5 apresenta a distribuição das estudantes por raça em cursos selecionados nos anos 2011 e 2012. É visível a exclusão das negras e pardas/mulatas dos cursos em geral. Contudo há cursos ainda mais desiguais, como Arquitetura e Urbanismo, Administração e Direito. No caso de Artes Visuais, a despeito do grande número de mulheres, chama a atenção igualmente a baixa porcentagem de mulheres negras. Na seleção posta, os cursos mais diversos em termos étnico-raciais são Ciências Sociais, Pedagogia e Secretariado Executivo.

A Tabela 6 retrata a situação específica do curso de Engenharia, onde as mulheres ainda são minoria absoluta. Entre as estudantes, a representação de pardas e mulatas e negras é bastante pequena, sendo a última com baixíssima taxa de matrícula.

GRÁFICO 36
AUTODECLARAÇÃO DE RAÇA/COR-ETNIA – 2010-2012



Fonte: Inep/Enade.

Comparando os três primeiros ciclos do Enade, é possível perceber que entre os/as estudantes brancos/as houve uma significativa redução de 15 pontos percentuais, se comparado ao ciclo 1, analisado por Dilvo Ristoff (2012), que enfatiza que houve uma diminuição do percentual de estudantes que se identificavam como brancos do 1º para o 2º ciclo. No 1º ciclo, entre 2004-2006, 70% do/as estudantes identificavam-se como brancos/as; no 2º ciclo, entre 2007-2009, este percentual caiu cinco pontos, alcançando 65%. Já no 3º ciclo, o número de estudantes que se autoidentificaram como brancos/as chegou a 55%.

Por outro lado, o número de estudantes que se identificaram como negros/as e pardos/as cresceu nove pontos percentuais desde 2004, uma vez que no ciclo 3 este índice chegou a 36%, enquanto no ciclo 1 e no ciclo 2 o percentual era respectivamente de 27% e 30%.

É importante salientar que estes índices são anteriores à Lei nº12.711/2012, que passou a garantir a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a estudantes oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos.

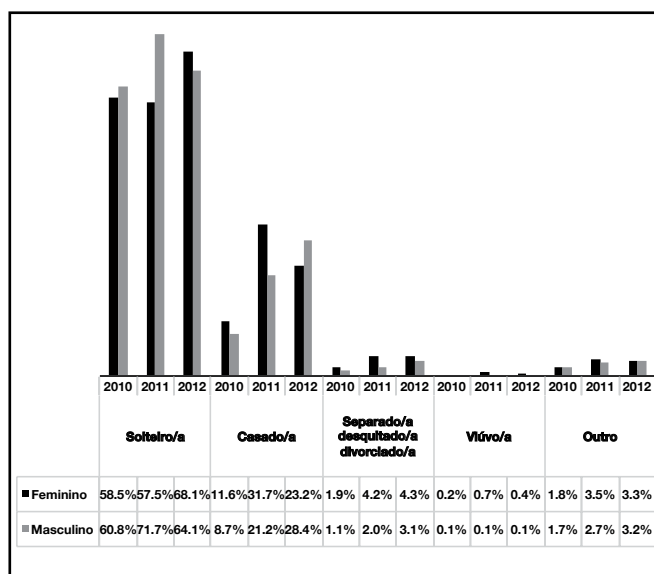
O Gráfico 37 apresenta dados sobre o estado civil dos/as estudantes de nível superior e demonstra que há também uma variação de um ano para o outro de avaliação do Enade, o que sugere que há cursos que parecem ser mais acessíveis aos/as casados/as, como os avaliados no ano de

2011, especialmente para as mulheres casadas, já que, neste ano, as estudantes contabilizaram 31,7%, enquanto os homens compunham 21,2% dos/as matriculados/as. No mesmo ano, a situação se inverteu no caso dos/as solteiros/as, quando foram registrados 71,7% de estudantes do sexo masculino e 57,5% de estudantes do sexo feminino. Em 2012, também se observa uma inversão: 28,4% de homens casados e 23,2% de mulheres igualmente casadas.

Da mesma maneira, no quesito renda e sustento, surge clara a diferenciação entre públicos e tipo de curso, conforme apresentado no Gráfico 38. Em 2010, quando foram avaliadas as áreas de saúde, ciências agrárias e cursos afins, 43,2% das mulheres afirmaram não ter renda e que seus gastos eram financiados pelas famílias. Nesta mesma situação, estavam 37,9% dos estudantes do sexo masculino. Uma explicação possível é o fato das carreiras da área médica serem majoritariamente em tempo integral, o que dificulta que o/a estudante tenha uma atividade remunerada durante boa parte do curso.

GRÁFICO 37

ESTADO CIVIL – 2010-2012



Fonte: Inep/Enade.

TABELA 5

DISTRIBUIÇÃO FEMININA POR RAÇA/COR NOS CURSOS SUPERIORES – CICLO 3 – 2010-2012

Raça/Cor	Artes Visuais (Licenciatura)	Arquitetura e Urbanismo	Ciências Sociais	Pedagogia	Administração	Direito	Psicologia	Secretariado Executivo
Branca	54,3%	53,5%	29,8%	51,3%	36,7%	35,9%	56,5%	53,3%
Negra	4,8%	1,5%	6,6%	9,1%	3,3%	2,8%	4,5%	8,5%
Parda/Mulata	18,5%	10,2%	18,5%	31,1%	15,0%	13,1%	20,6%	30,1%
Amarela	1,6%	2,0%	0,9%	1,2%	1,1%	0,9%	1,3%	1,8%
Indígena	0,9%	2,0%	8,0%	0,6%	0,3%	0,4%	0,6%	1,0%
Total de Mulheres	80,1%	69,2%	63,8%	93,3%	56,4%	53,1%	83,5%	94,7%

Fonte: Inep/Enade.

TABELA 6

DISTRIBUIÇÃO FEMININA POR RAÇA/COR NOS CURSOS SUPERIORES EM ENGENHARIA – CICLO 3 – 2010-2012

Raça/Cor	Engenharia							
	Grupo I	Grupo II	Grupo III	Grupo IV	Grupo V	Grupo VI	Grupo VII	Grupo VIII
Branca	18,2%	6,6%	5,6%	41,7%	21,5%	18,0%	27,1%	28,7%
Negra	1,0%	0,5%	0,4%	1,6%	0,9%	1,6%	1,9%	1,3%
Parda/Mulata	5,1%	2,4%	1,5%	10,5%	5,5%	5,7%	8,6%	12,3%
Amarela	0,8%	0,3%	0,4%	2,1%	1,4%	0,8%	1,0%	0,6%
Indígena	0,1%	0,0%	0,0%	0,2%	0,3%	0,2%	0,2%	0,6%
Total de Mulheres	25,2%	9,8%	7,9%	56,1%	29,6%	26,3%	38,8%	43,5%

Fonte: Inep/Enade.

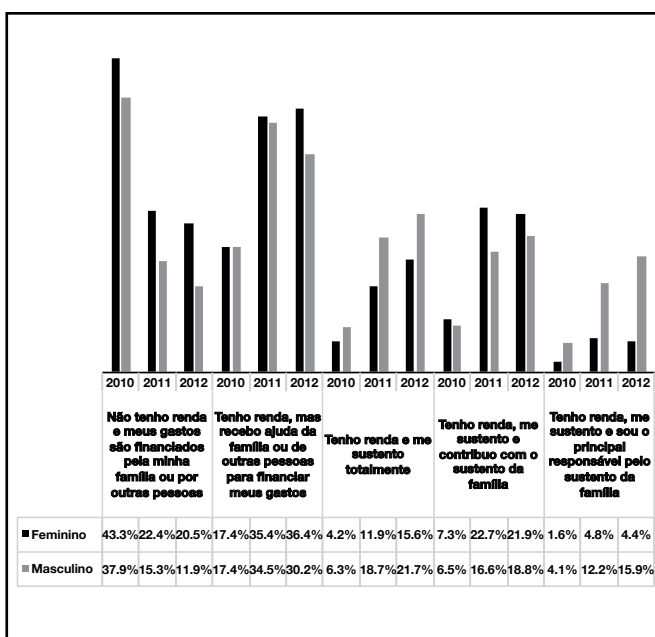
O Gráfico 39 apresenta a situação de trabalho dos/as estudantes. De forma complementar às informações sobre renda e sustento, e ao mesmo tempo inversa, é possível verificar que os cursos avaliados em 2011 e 2012 – ciências exatas, licenciaturas e ciências sociais e humanas – ostentam os maiores índices de estudantes que são trabalhadores em horário integral. Destaque para os cursos de licenciatura que, conforme descrito no Gráfico 8, possuem um contingente feminino que representa 53,6% dos/as matriculados/as. Entre os/as estudantes de licenciatura, um significativo percentual de estudantes do sexo feminino (30,9%) afirmou que não estava trabalhando, contra 29,8% das mulheres empregadas e 45,8% dos homens empregados (ambos com jornada de 40 horas). Nos cursos de ciências sociais e humanas, a situação também mostra um número maior de homens empregados, com mais de 10 pontos de diferença quando comparado às mulheres. Entre os estudantes do sexo masculino, 57,9% afirmaram estar empregados, comprometidos com trabalho de 40 horas semanais, enquanto 46,4% de mulheres afirmaram estar na mesma situação.

Com relação à experiência de estágio durante o curso, o Gráfico 40 mostra que, nos três anos avaliados, os percentuais foram bastante diversos, indicando que matriculados/as

em determinados cursos/áreas registram maiores índices de participação em estágio e que homens e mulheres apresentam diferenças no acesso ao treinamento supervisionado vinculado ao curso superior. No caso das ciências exatas e licenciaturas, 13,6% dos homens anunciaram que não tinham tido experiência com estágio e 3,8% das estudantes afirmaram o mesmo. Sobre o estágio obrigatório, previsto nos projetos pedagógicos de determinados cursos de graduação e exigido nas licenciaturas, 50,2% das mulheres registraram participação, enquanto 39,7% dos estudantes do sexo masculino ainda não tinham tido esta experiência.

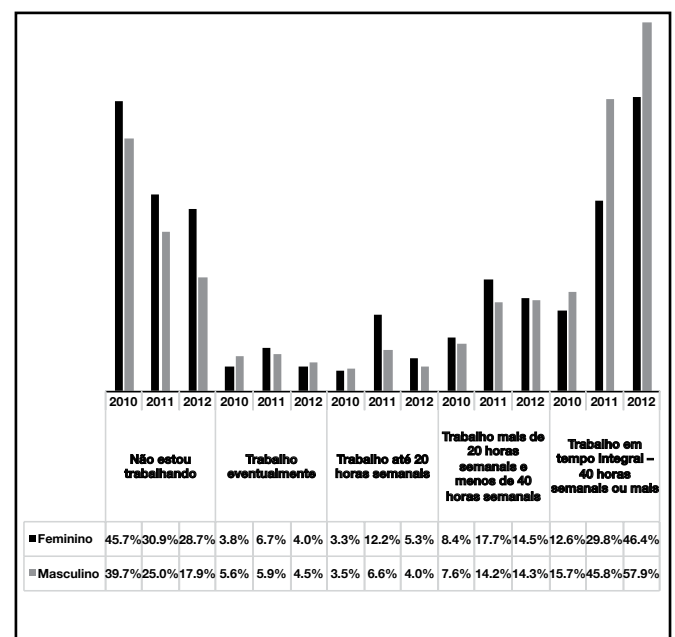
Adicionalmente, o Gráfico 41 apresenta a participação dos/as estudantes em programas de iniciação científica. Chama atenção o fato de que, nos anos de 2010 a 2012, foi significativo o número de estudantes, tanto de homens quanto de mulheres, que não haviam participado desses programas. Destaque para as áreas de ciências exatas, licenciaturas, ciências humanas e sociais, que apresentaram os maiores índices de matriculados/as sem experiência de iniciação científica. Por outro lado, em 2011, as estudantes representaram 32% dos/as participantes de iniciação científica e os homens apenas 26%.

GRÁFICO 38
REND E SUSTENTO
2010-2012



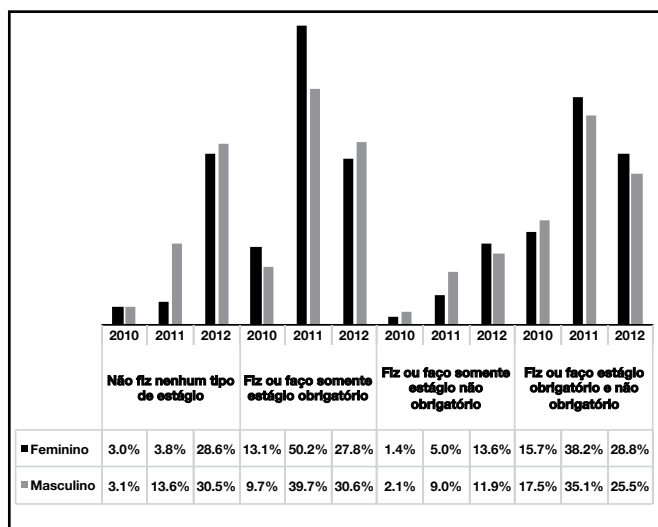
Fonte: Inep/Enade.

GRÁFICO 39
SITUAÇÃO DE TRABALHO
2010-2012



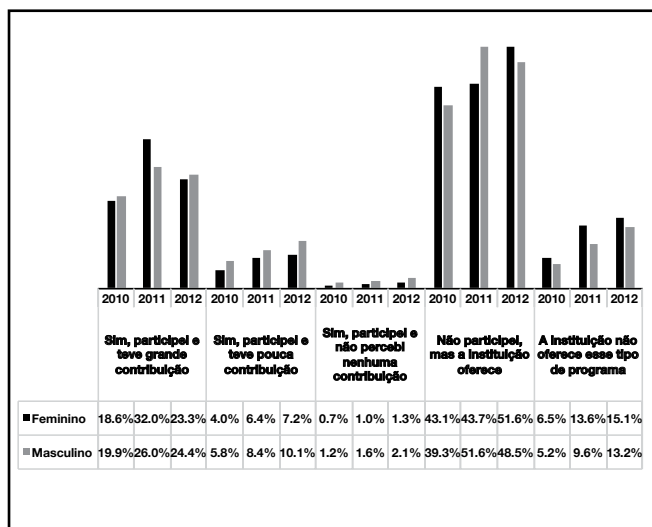
Fonte: Inep/Enade.

GRÁFICO 40
ESTÁGIO DURANTE A GRADUAÇÃO
2010-2012



Fonte: Inep/Enade.

GRÁFICO 41
PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS
DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – 2010-2012



Fonte: Inep/Enade.

4. GÊNERO NOS GRUPOS DE PESQUISA

As referências apresentadas até aqui confirmaram que, em números gerais, as mulheres estão presentes no ensino superior em número maior do que os homens. E quando o foco baseado no gênero é ajustado, é visível a desproporcional distribuição de estudantes e docentes nas diferentes áreas do conhecimento. Com base nos dados expostos, o objetivo deste capítulo é avançar mais um pouco nas possibilidades de análise da formação superior e verificar a participação das mulheres em grupos de pesquisa científica. Esta análise é importante, pois extrapola as instituições de ensino tradicionais, já que, no Brasil, os grupos de pesquisa estão localizados não só nas universidades, mas também em instituições isoladas de ensino superior, como cursos de pós-graduação *stricto sensu*, institutos de pesquisa científica e institutos tecnológicos.

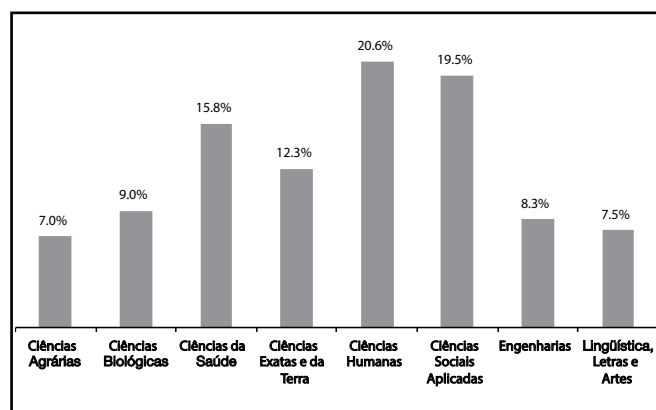
Com base nos números disponibilizados pelo Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, é possível observar que, quanto à participação de estudantes nos núcleos de pesquisa, há um resultado próximo da paridade entre homens e mulheres. No Censo de 2010, foram contabilizados 147.638 pesquisadores e, deste montante, 51% são homens e 49% são mulheres. Da mesma forma, é visível que há uma igualdade numérica (50%) quando são analisados os dados de pesquisadores/as não líderes cadastrados/as nos grupos de pesquisa. Especificamente sobre pesquisadores/as vinculados a programas de pós-graduação, os resultados da pesquisa Mestres 2012 (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2012), apontam que entre os/as titulados/as em programas de mestrado, o número de mulheres superou o de homens no ano de 1998 e o número delas cresceu de maneira significativa desde então. Em 2010, as mulheres já constituíam maioria na população de mestres residentes no Brasil. Entretanto, a remuneração mensal média das mulheres, naquele momento, era cerca de 42% menor do que a dos mestres homens. As doutoras também já são maioria entre os/as titulados neste nível de ensino. De acordo com os dados da pesquisa Doutores 2010 (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010), no ano de 2004, o número de doutoras tituladas ultrapassou o de homens no Brasil.

Desde então, as mulheres são maioria no total de tituladas/os. Como conclusão, o estudo afirma que o Brasil é pioneiro entre os países que já alcançaram a igualdade de gênero em níveis mais elevados de formação acadêmica.

No intuito de traçar um perfil das mestras e doutoras, os Gráficos 42 a 45 apresentam a faixa etária de tituladas em cada curso e o número de mulheres por grande área do conhecimento. Estes números são provenientes da plataforma Lattes do CNPq, que cadastra informações sobre a atuação de pesquisadores/as em Ciência, Tecnologia e Inovação. A análise das informações mostra que, nas áreas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, concentra-se a maior parte das mestras e pesquisadoras formadas, com 20,6% e 19,5% respectivamente. Em seguida, aparecem as Ciências da Saúde, com 15,8%, e logo após Ciências Exatas e da Terra, com 12,3% do total de mulheres tituladas.

GRÁFICO 42

MESTRAS TITULADAS POR GRANDE ÁREA DO CONHECIMENTO – REGISTROS ATÉ JANEIRO DE 2015



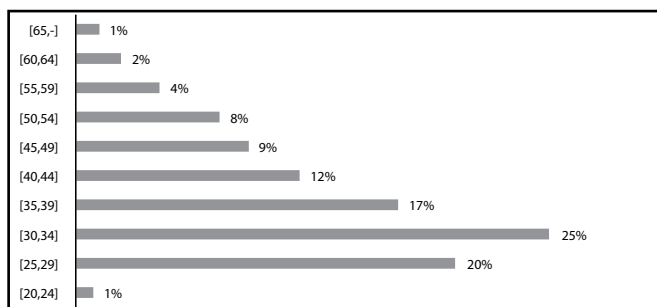
Fonte: Base de Currículos Lattes/CNPq.¹³

Quanto à idade, a maior concentração de mestras está na faixa de 30 a 34 anos, com 25%, seguida da faixa que concentra as pesquisadoras mais jovens, entre 25 e 29 anos (20%). As tituladas entre 35 e 39 anos aparecem em terceiro lugar, com 17%. Em quarto, as tituladas entre 40 e 44, com 12%. Destaque para as mestras bastante jovens, entre 20 e 24 anos, e para as maiores de 65 anos, que somadas corresponde a 2% do total de pesquisadoras.

¹³ Disponível em: <<http://estatico.cnpq.br/painelLattes/sexofaixaetaria/>>.

GRÁFICO 43

MESTRAS TITULADAS POR FAIXA ETÁRIA REGISTROS ATÉ JANEIRO DE 2015



Fonte: Base de Currículos Lattes/CNPq.

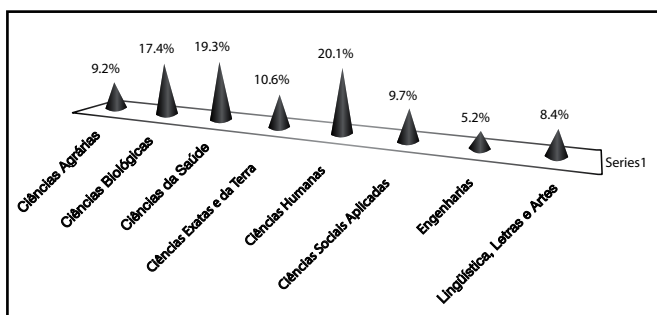
No que tange às doutoras, a maior parte das tituladas continua na área de Ciências Humanas. Entretanto, diferentemente das mestras, em segundo e terceiro lugares estão as carreiras de Ciências da Saúde e Biológicas, respectivamente. As doutoras engenheiras estão em minoria absoluta entre as tituladas, com 5% do total de pesquisadoras.

A distribuição por idade mostra que há uma maior amplitude entre as doutoras, que defendem suas teses em diversos estágios da vida. A maior parte está entre 35 e 39 anos, com 18%, em seguida aparecem as com idades entre 30 e 34 anos, e 40 e 44 anos, com 15% cada. Logo após, 45 a 49 e 50 a 54, com 14 e 13%, respectivamente. Após os 59 anos, a frequência começa a cair, mas ainda é bastante significativa, e totaliza 22%. A menor taxa está entre os 25 e 39 anos, com 2% de doutoras.

Quanto à raça, os dados ainda são bastante insuficientes, considerando a importância do tema para as políticas de inclusão na área educacional. O CNPq até o momento não disponibiliza informações sobre cor/raça dos/as pesquisadores/as cadastrados/as em sua base, de maneira que os cruzamentos possíveis são realizados a partir de dados do censo populacional

GRÁFICO 44

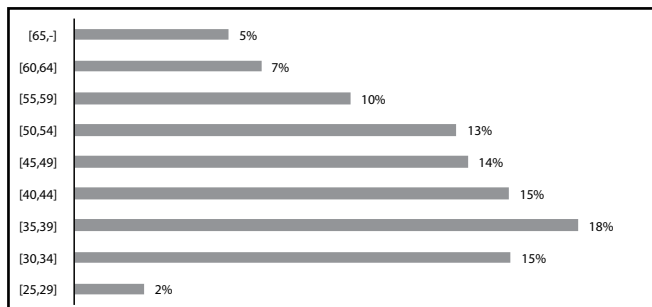
DOCTORAS TITULADAS POR GRANDE ÁREA DO CONHECIMENTO – REGISTROS ATÉ JANEIRO DE 2015



Fonte: Base de Currículos Lattes/CNPq.

GRÁFICO 45

DOCTORAS TITULADAS POR FAIXA ETÁRIA REGISTROS ATÉ JANEIRO DE 2015



Fonte: Base de Currículos Lattes/CNPq.

e das Pnads. A pesquisa Mestres (2012) utilizou estas referências para apresentar proporções sobre raça na pós-graduação, são elas: entre os/as portadores de títulos de mestres/as, 80% se declararam brancos/as, 16% pardos/as e 3% negros/as. Já entre os/as doutores/as, a prevalência branca é ainda maior: 83% de brancos/as, 12% de pardos/as e 2% de negros/as. Já o estudo Doutores (2010) mostrou que houve um pequeno aumento da representatividade de pardos/as e pretos/as entre os/as mestres/as e doutores/as nos 10 anos compreendidos entre 1998 e 2007. No caso dos/as pardos/as, que em 1998 eram 9% dos/as pós-graduados/as, em 2007, passaram a contabilizar 12%, um aumento de três pontos percentuais. Os/as negros/as registraram um aumento menor, de um ponto, já que representavam, em 1998, 2% e, em 2007, 3% dos/as titulados/as, denunciando a sub-representação de negros e negras na pós-graduação brasileira.

Partindo para uma análise comparativa entre homens e mulheres, baseada na atuação desses/as profissionais e pesquisadores/as, a análise da distribuição de bolsas de pesquisa do ano de 2014, apresentada na Tabela 7, mostra que as mulheres são maioria em cinco dos seis tipos de fomento no país: iniciação científica, mestrado, doutorado, pós-doutorado e estímulo à inovação para a competitividade. Entretanto, a modalidade de maior distinção entre pesquisadores/as – produtividade em pesquisa – prevalece a maioria masculina. De acordo com a definição do CNPq, esta bolsa é “destinada aos pesquisadores que se destaquem entre seus pares, valorizando sua produção científica segundo critérios normativos, estabelecidos pelo CNPq”.¹⁴

¹⁴ Sobre as modalidades de bolsas de pesquisa e objetivos e critérios de seleção, consultar: <<http://www.cnpq.br/web/guest/apresentacao13>>. Acesso em: fev. 2015.

TABELA 7
BOLSAS-ANO DAS PRINCIPAIS MODALIDADES POR SEXO DO BOLSISTA – 2014

BOLSAS NO PAÍS	Sexo			
	Mulheres		Homens	
	Quantitativo	%	Quantitativo	%
Iniciação Científica	15.966	59	11.004	41
Mestrado	4.839	52	4.385	48
Doutorado	4.316	51	4.128	49
Pós-doutorado	1.004	58	740	42
Produtividade em Pesquisa	5.010	36	9.064	64
Estimulo à Inovação para Competitividade	9.187	53	8.112	47
Outras	6.099	45	7.546	55
Total	46.421	51	44.979	49
BOLSAS NO EXTERIOR	Sexo			
	Mulheres		Homens	
	Quantitativo	%	Quantitativo	%
Doutorado	242	40	357	60
Doutorado Sanduíche	133	47	150	53
Estágio	2	41	2	59
Graduação Sanduíche	3.981	43	5.174	57
Pós-doutorado	260	45	320	55
Total	4.618	43	6.004	57

Fonte: CNPq.¹⁵

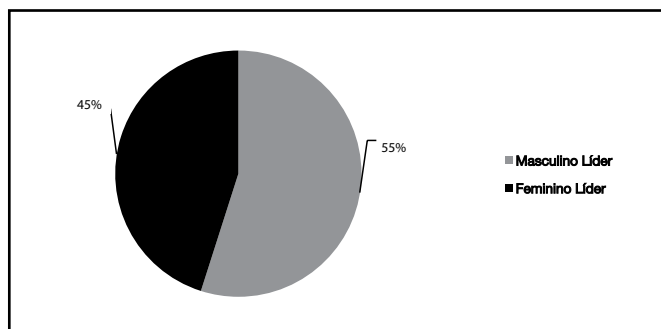
As bolsas de pesquisa para formação no exterior têm maior representatividade masculina, com destaque para as modalidades estágio no exterior, doutorado e especialização no exterior, que, respectivamente, sustentam porcentagens de 59%, 60% e 67% de pesquisadores do sexo masculino.

O exame dos grupos de pesquisa mostra que outras desproporções surgem na comparação do número de líderes quando comparados a pesquisadores/as não líderes.

Gráfico 46 apresenta estas diferenças, pois, a despeito do fato de as mulheres estarem matriculadas nas universidades em maior número e de serem também maioria entre as/os concluintes, os homens ainda lideram as pesquisas em números gerais, quando se referem a postos de comando ou determinadas carreiras. Quando observados por área do conhecimento, os números variam bastante, reafirmando que determinadas áreas de pesquisa são majoritariamente masculinas, o que confirma que diferenças históricas também estão presentes na composição dos grupos de pesquisa no Brasil.

¹⁵ Elaborada a partir da tabela CNPq/AEI.

GRÁFICO 46
LÍDERES DE PESQUISA – 2010

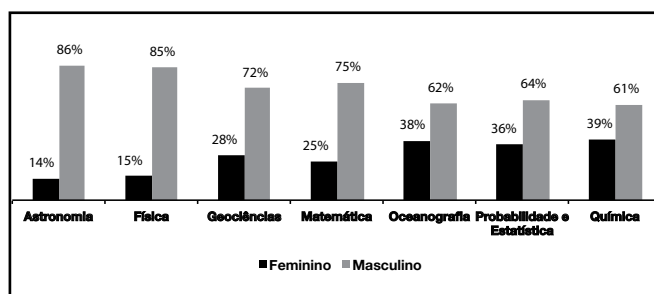


Fonte: CNPq/Diretório de Grupos de Pesquisa.

Na grande área das Ciências Exatas e da Terra, o corpo de pesquisadores/as é majoritariamente masculino, conforme descrito nos Gráficos 47 e 48. O estudo Doutores (2010) aponta que, entre 1996 e 2008, praticamente não houve alteração na proporção de homens e mulheres titulados/as no período. É importante notar que a grande área das Ciências Exatas e da Terra, entre as nove demais, era a mais bem avaliada pela Capes¹⁶ em 2009, com 28% de seus programas de mestrado com conceito 7. Apenas a título de comparação, naquele mesmo ano, as áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Multidisciplinar não contavam com nenhum programa de mestrado com nota máxima. A área de Linguística, Letras e Artes apresentava 2,4% do total de programas, com conceito 7.

¹⁶ A Avaliação do Sistema Nacional de Pós-graduação foi estabelecida a partir de 1998, é orientada pela Diretoria de Avaliação/Capes e realizada com a participação da comunidade acadêmico-científica por meio de consultores *ad hoc*. Os programas avaliados receberam conceitos por escalas: 1 e 2, que descredenciam o programa; 3 significa desempenho regular, atendendo ao padrão mínimo de qualidade; 4 é considerado um bom desempenho e 5 é a nota máxima para programas com apenas mestrado. Conceitos 6 e 7 indicam desempenho equivalente ao alto padrão internacional. A cada três anos, todos os cursos em funcionamento são reavaliados. Um dos objetivos da avaliação é assegurar a qualidade da pós-graduação brasileira e, como consequência, funciona como referência para a distribuição de bolsas e recursos para o fomento à pesquisa; as áreas mais bem avaliadas recebem mais bolsas e financiamentos. Mais sobre a avaliação da Capes, consultar: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao>>. Acesso em: jan. 2015.

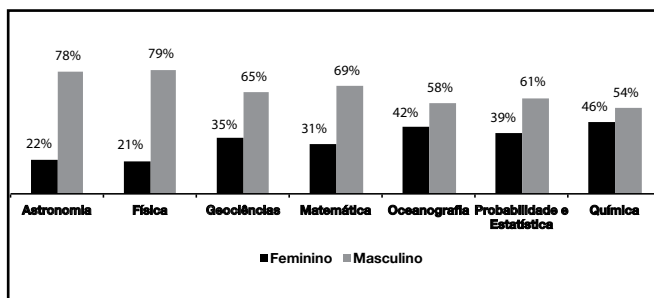
GRÁFICO 47
LIDERANÇA DE GRUPOS DE PESQUISA
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA – 2010



Fonte: CNPq/Diretório de Grupos de Pesquisa.

As Ciências da Saúde e as Ciências Agrárias detinham, respectivamente, 10% e 11% do total de programas de mestrado com conceito 7. Já as grandes áreas de Engenharias, Ciências Humanas e Biológicas respondiam, cada uma delas, por entre 16% e 17% do total de programas de pós-graduação com cursos de mestrado com a nota mais alta. (Mestres, 2012, p. 46)

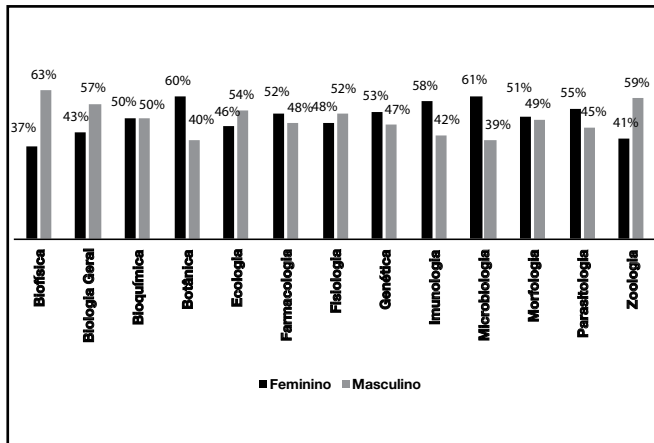
GRÁFICO 48
PARTICIPANTES DE GRUPOS DE PESQUISA
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA – 2010



Fonte: CNPq/Diretório de Grupos de Pesquisa.

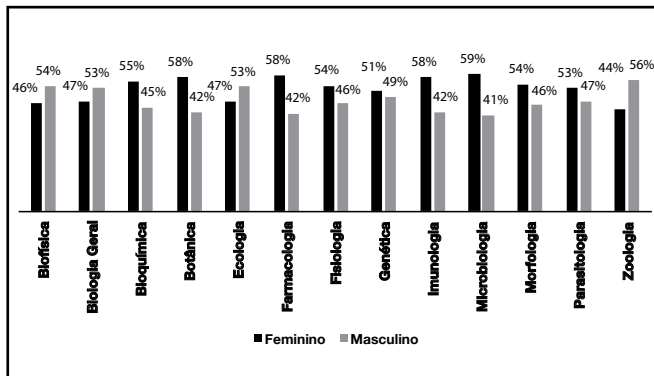
Nas Ciências Biológicas, com os dados apresentados nos Gráficos 49 e 50, as mulheres são maioria na liderança de sete das 13 áreas, este número aumenta no quadro dos não líderes, onde contabiliza nove áreas. Como informação complementar, o estudo Mestres (2012) aponta que nas grandes áreas de Ciências Biológicas e Humanas as mulheres receberam 61% dos títulos de mestrado em 2009. Nas grandes áreas de Engenharias e Ciências Exatas e da Terra, as mulheres representavam menos de um terço do total de titulados/as em 2009.

GRÁFICO 49
LIDERANÇA DE GRUPOS DE PESQUISA
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS – 2010



Fonte: CNPq/Diretório de Grupos de Pesquisa.

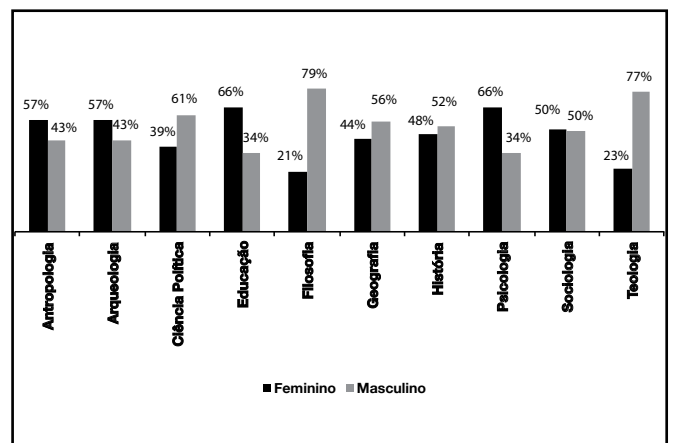
GRÁFICO 50
PARTICIPANTES DE GRUPOS DE PESQUISA
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS – 2010



Fonte: CNPq/Diretório de Grupos de Pesquisa.

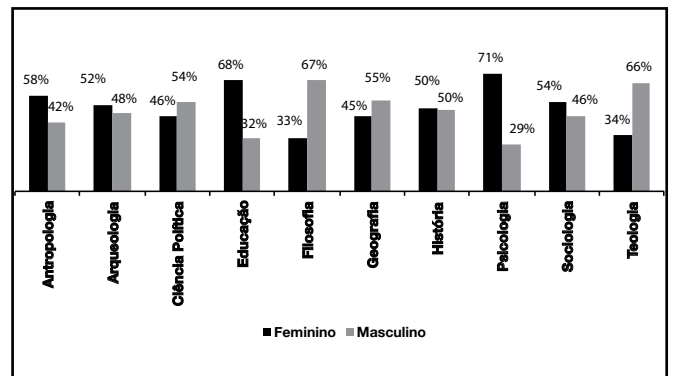
Na grande área de Ciências Humanas, as mulheres são maioria na liderança de quatro subáreas, das 10 disponíveis. Entre os não líderes, elas são maioria em cinco subáreas. Importante destacar a paridade entre homens e mulheres na área de Sociologia entre os/as líderes. No caso dos/as não líderes, há uma maioria feminina, compondo 54% de mulheres e 46% de homens nesta carreira. Destaque também para as pesquisas nas áreas de Filosofia, Teologia e Ciência Política, com ampla maioria de líderes homens (77%, 79% e 61%, respectivamente). E para as áreas de Educação e Psicologia, onde figura a maior parte de pesquisadoras líderes, com 66% em ambos os casos. No caso dos não líderes, as proporções se mantêm (vide Gráficos 51 e 52).

GRÁFICO 51
LIDERANÇA DE GRUPOS DE PESQUISA
CIÊNCIAS HUMANAS – 2010



Fonte: CNPq/Diretório de Grupos de Pesquisa.

GRÁFICO 52
PARTICIPANTES DE GRUPOS DE PESQUISA
CIÊNCIAS HUMANAS – 2010

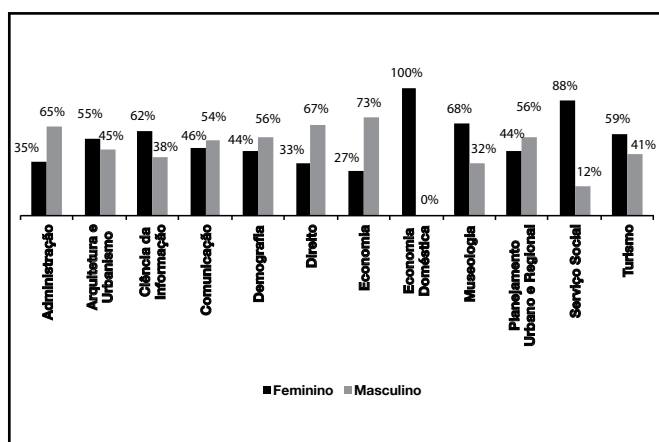


Fonte: CNPq/Diretório de Grupos de Pesquisa.

Nas Ciências Sociais Aplicadas, representada nos Gráficos 53 e 54, acontecem outros casos interessantes, como na pesquisa em Administração. Conforme reportado, na graduação em Administração, tanto em 2009, quanto em 2012, a maioria feminina é evidente. Em 2010, chegou a 10 pontos percentuais de diferença em favor das mulheres. Nos grupos de pesquisa, este cenário se inverte e os homens tornam-se maioria entre líderes e não líderes, sempre com índices contundentes: 65% no caso dos líderes e 59% no caso dos não líderes. Situação parecida ocorre na pesquisa em Direito. Em 2012, a diferença em favor das mulheres na graduação chegava a cinco pontos percentuais, mas nos grupos de pesquisa há uma forte maioria masculina entre líderes e não líderes.

GRÁFICO 53

LIDERANÇA DE GRUPOS DE PESQUISA CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – 2010



Fonte: CNPq/Diretório de Grupos de Pesquisa.

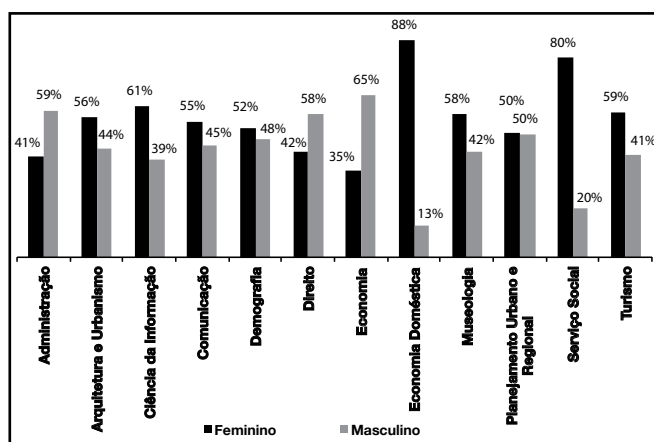
As mulheres se destacam nas pesquisas nas áreas de Arquitetura e Urbanismo, Economia Doméstica (com a incrível marca de 100% entre líderes), Museologia, Serviço Social e Turismo. A área de Economia/Ciências Econômicas apresenta-se em sintonia com os números da graduação, maior parte de homens na graduação e na pesquisa.

Nas Ciências da Saúde, as pesquisadoras lideram em seis das nove áreas de estudos (Gráfico 55). Os destaques são Fonoaudiologia, com 94% de pesquisadoras líderes, Enfermagem, com 91%, seguida da área de Nutrição, com 83%. A Saúde Coletiva também conta com maioria feminina na liderança de suas pesquisas, com expressivos 68%. Entretanto, áreas como Educação Física, Medicina, Odontologia são lideradas por homens, com 62%, 59% e 55%, respectivamente.

O Gráfico 56 mostra a situação dos/as pesquisadores não líderes nas Ciências da Saúde. As mulheres continuam sendo maioria, só que agora em oito das nove das subáreas. A Medicina apresenta, até então, maioria de pesquisadoras não líderes, enquanto os homens são maioria entre os pesquisadores líderes. Entretanto, estudos mostram que há uma tendência de feminilização¹⁷ da graduação em Medicina, o que tem paulatino impacto na oferta de mão de obra nas diversas especialidades médicas. De acordo com Ávila, “há uma preferência das mulheres” por áreas como Pediatria e Ginecologia e Obstetrícia, o que causa um déficit

GRÁFICO 54

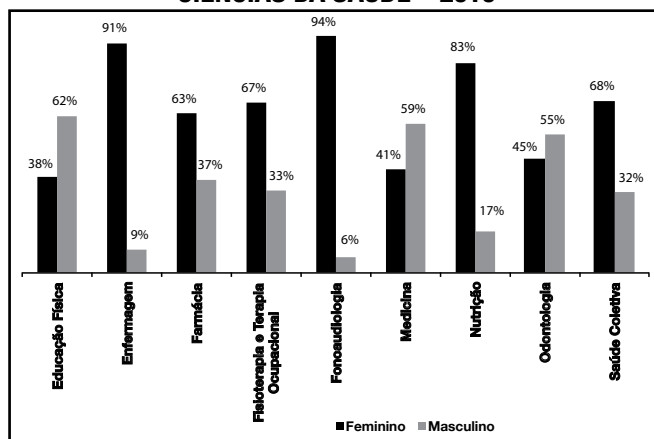
PARTICIPANTES DE GRUPOS DE PESQUISA CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – 2010



Fonte: CNPq/Diretório de Grupos de Pesquisa.

GRÁFICO 55

LIDERANÇA DE GRUPOS DE PESQUISA CIÊNCIAS DA SAÚDE – 2010



Fonte: CNPq/Diretório de Grupos de Pesquisa.

feminino nas especialidades cirúrgicas. (2014, p.143) Para a autora, há uma segregação ocupacional em virtude da persistência da discriminação de gênero na profissão. Este hiato tem início no processo de formação médica, o que acaba por reproduzir espaços mais masculinos ou mais femininos. Nas palavras da autora:

Essa segregação ocupacional iniciada durante o processo de formação reproduz guetos masculinos e femininos no interior da profissão e limita o acesso das mulheres a especialidades e áreas de maior prestígio e remuneração. (Ávila, 2014, p. 144.)

¹⁷ Aumento quantitativo.

Este fenômeno acaba por criar uma relação entre as áreas internas das Ciências Médicas, estabelecendo especialidades de maior prestígio, normalmente desempenhadas por homens. Casos como este, que configuram a reprodução de estereótipos e situações de discriminação que limitam a participação e a ascensão das estudantes e das pesquisadoras, são identificados nas diferentes áreas da ciência. A despeito do espaço conquistado pelas mulheres, ainda não se tem configurado igual acesso às mais altas esferas de poder/prestígio.

Os/as pesquisadores/as da área de Engenharia são retratados nos Gráficos 57 e 58. Os dados reafirmam que esta ainda é uma área bastante masculina, com um número reduzido de mulheres, tanto como líderes, quanto como pesquisadoras. Das 15 áreas de pesquisa, apenas uma (Desenho Industrial) tem maioria feminina na liderança.

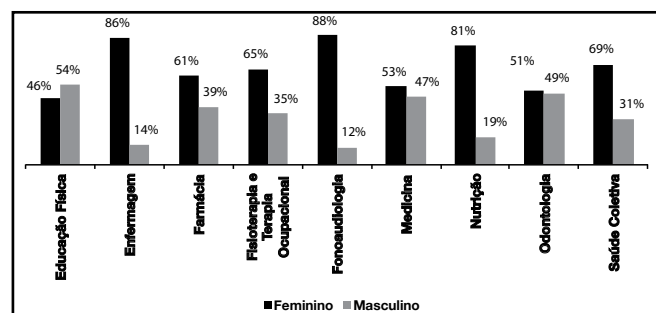
O estudo "Acesso da Mulher ao Ensino Superior Brasileiro" (Barroso & Mello, 1971) mostrou que, em 1971, a porcentagem de mulheres matriculadas em cursos de Engenharia era de 3%. Em 2011, conforme descrito no Gráfico 33, as mulheres que participaram do Enade representavam 29,54% dos/as matriculados/as. Contudo, não obstante a minoria feminina nos cursos e na pesquisa em Engenharia, a participação das mulheres nesta área tem crescimento visível, mas com um grande enfrentamento de preconceito e discriminação no âmbito dos processos formativos, conforme descrevem estudos recentes.¹⁸ Na comparação do ano de 1971 com os dados de 2011, observa-se que em 40 anos a participação feminina nos cursos de Engenharia cresceu 833%. Estabelecendo um paralelo com a Medicina, em 1971 contabilizaram-se 24% de mulheres matriculadas, e em 2010, 55%, evidenciando que nas Ciências Médicas a taxa de crescimento da presença de mulheres foi bem mais modesta, de 122%.

Nas áreas de Linguística, Letras e Artes as mulheres têm dominado a pesquisa, tanto na liderança, quanto entre os/as não líderes. Ainda assim, com a mesma formação e carreira, têm rendimentos mais baixos que os homens. De acordo com a pesquisa Mestres (2013), em dezembro de 2009, os profissionais do sexo masculino desta área tinham rendimento médio de R\$ 4.659,60, e as mulheres R\$ 4.013,87, a despeito de estas serem maioria no mercado de trabalho nas áreas de Linguística, Letras e Artes, compondo 71,1% do total dos/as mestres/as empregados/as.

¹⁸ Cf.: "Mulheres na Engenharia: transgressão?" (Tebet, 2008); e "A Engenharia e a inserção feminina". (Bahia & Laudares, 2013)

GRÁFICO 56

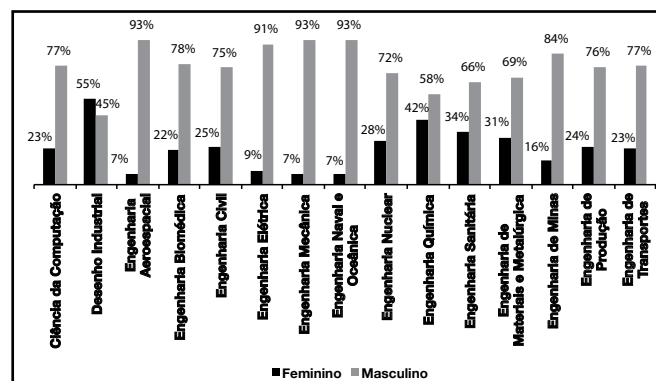
**PARTICIPANTES DE GRUPOS DE PESQUISA
CIÊNCIAS DA SAÚDE – 2010**



Fonte: CNPq/Diretório de Grupos de Pesquisa.

GRÁFICO 57

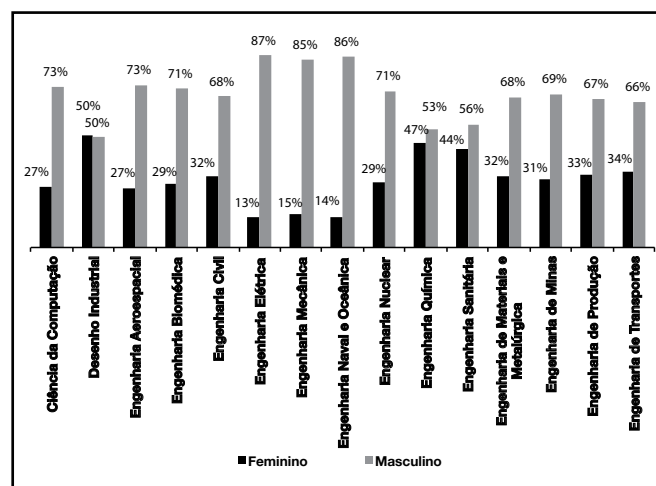
**LIDERANÇA DE GRUPOS DE PESQUISA
ENGENHARIAS – 2010**



Fonte: CNPq/Diretório de Grupos de Pesquisa.

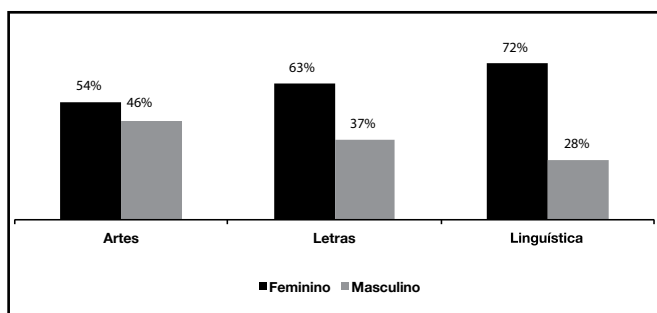
GRÁFICO 58

**PARTICIPANTES DE GRUPOS DE PESQUISA
ENGENHARIAS – 2010**



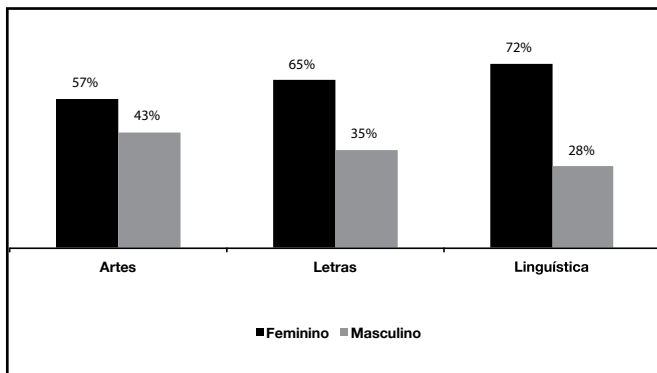
Fonte: CNPq/Diretório de Grupos de Pesquisa.

GRÁFICO 59
LIDERANÇA DE GRUPOS DE PESQUISA
LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES – 2010



Fonte: CNPq, Diretório de Grupos de Pesquisa.

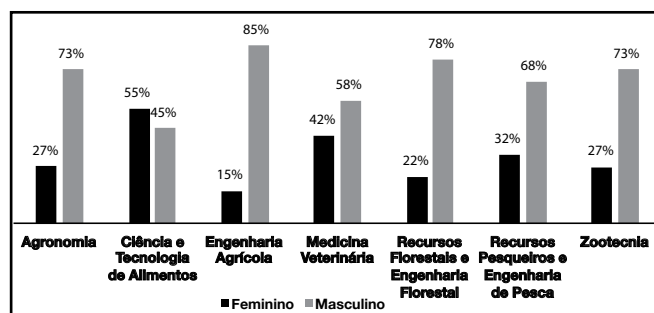
GRÁFICO 60
PARTICIPANTES DE GRUPOS DE PESQUISA
LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES – 2010



Fonte: CNPq/Diretório de Grupos de Pesquisa.

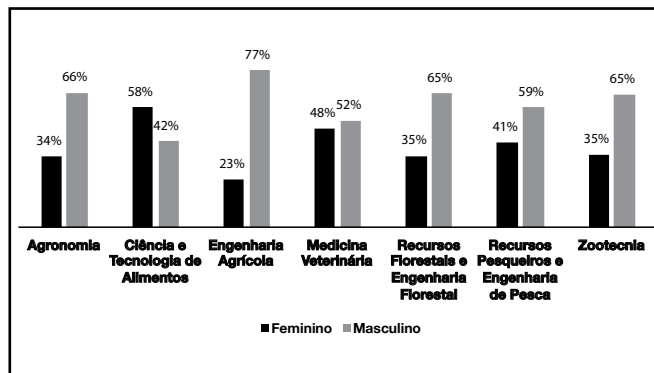
Na grande área das Ciências Agrárias, os homens também predominam, como indicam os Gráficos 61 e 62. Nas sete áreas de pesquisa, apenas uma, Ciência e Tecnologia de Alimentos, tem maioria feminina como líderes de pesquisa. O predomínio masculino é maior nos cursos de Agronomia, Engenharia Florestal, Zootecnia e Engenharia Agrícola, reproduzindo uma tendência que vem desde a graduação.

GRÁFICO 61
LÍDERES DE GRUPOS DE PESQUISA
CIÊNCIAS AGRÁRIAS – 2010



Fonte: CNPq/Diretório de Grupos de Pesquisa.

GRÁFICO 62
PARTICIPANTES DE GRUPOS DE PESQUISA
CIÊNCIAS AGRÁRIAS – 2010



Fonte: CNPq/Diretório de Grupos de Pesquisa.

Entre os/as pesquisadores/as não líderes, a situação permanece. A prevalência feminina em Tecnologia de Alimentos se mantém e a diferença na pesquisa em Medicina Veterinária diminui, já que entre líderes as mulheres representam 42%, e 48% entre os/as não líderes. Importante observar que o crescimento da participação feminina na grande área de Ciências Agrárias foi considerado bastante expressivo no período entre 1996 e 2008. Os dados da pesquisa Doutores (2010) revelaram que a titulação de doutoras passou de 34% para 47,8% em 12 anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas universalistas de expansão do ensino superior adotadas na última década, como o Prouni,¹⁹ o Reuni²⁰ e o Fies,²¹ juntamente com a expansão das universidades estaduais – que em 2012 respondiam por 32% das matrículas no ensino público, cumprindo um significativo papel na interiorização da educação superior –, contribuíram de fato para a ampliação do número de vagas e de matrículas de maneira geral, configurando um significativo crescimento da educação de nível superior no Brasil.

As políticas de ação afirmativa nos processos seletivos para diversas instituições de ensino também alcançaram estudantes que historicamente estavam apartados dos níveis mais altos do ensino formal, como negros/as, indígenas, estudantes provenientes de escolas públicas e pessoas pertencentes aos estratos mais baixos de renda.

Os indicadores mostram que houve um processo de inclusão nos últimos anos na educação superior, mas que as oportunidades não ocorreram de maneira abrangente para a diversidade de grupos que compõem a sociedade brasileira. No que se refere à inserção das mulheres, a partir da análise

dos dados agregados, sem a decomposição em outras variáveis como raça, o exame do conjunto de informações sobre o ensino superior mostra que a presença feminina nos mais altos níveis de ensino também é cada vez mais ampla, mas ainda bastante desigual. Adicionalmente, pesquisadoras/es como Bruschini, Lombardi, Mercado e Ricoldi (2011) têm ressaltado que o fato das mulheres atualmente terem nível de escolaridade mais elevado que os homens, não tem impactado significativamente no cenário de discriminação e violência física e simbólica de que são objeto.

Alguns pontos merecem reflexão, notadamente acerca do alcance das políticas públicas no âmbito da educação. O número de matrículas nas IES é maior entre as estudantes, principalmente nas instituições privadas. Na educação a distância, que é uma metodologia de ensino maciçamente adotada pelas entidades privadas, os cursos superiores também contam com um contingente feminino bastante superior ao masculino. De acordo com avaliação do Ministério da Educação, dentre as 14 IES que investem em EaD no Brasil e que têm seus cursos mais bem avaliados, nove são privadas. Igualmente, o cruzamento matrícula/certificação também provoca reflexão. Em cursos que conferem diploma de tecnólogo/a, especialmente os que são providos pela educação pública, como os institutos federais, a minoria feminina é evidente. Nos cursos de bacharelado, as estudantes estão matriculadas em maior número nas faculdades e nos centros universitários, em número mais paritário com os homens nas universidades. Nas licenciaturas, a maioria feminina é ampla, mas a despeito deste fato, proporcionalmente, o panorama da distribuição entre os e as estudantes e os tipos de IES é semelhante ao bacharelado, ou seja, sólida presença feminina nas faculdades e nos centros universitários. Importante notar que universidades são majoritariamente públicas, enquanto os centros universitários e as faculdades são, em grande maioria, privadas. E os dados apresentados indicam que as mulheres estão em maior proporção nas IES privadas. Estes resultados podem suscitar investigações e interpretações, que implicam considerar variáveis relativas à família, reprodução, inserção no mercado de trabalho, renda, região, entre diversas outras que atingem de forma diferente homens e mulheres na vida social. Entretanto, uma leitura que parece imediata e perpassa diversas análises nas relações de gênero é a questão do poder, no sentido do alcance feminino à diversidade de instituições e aos postos mais altos de comando e influência, e que poderiam contribuir para uma revisão mais ampla dos papéis de gênero na sociedade.

¹⁹ O Programa Universidade para Todos foi criado pelo Governo Federal em 2004. Concede bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de ensino superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros, sem diploma de nível superior. Mais informações em: <<http://siteprouni.mec.gov.br/>>. Acesso em: fev. 2015.

²⁰ O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, criado em 2003, tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior pública. Com este programa, o governo federal propôs medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que a expansão das universidades federais nos níveis físico, acadêmico e pedagógico. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>>. Acesso em: fev. 2015.

²¹ O Fundo de Financiamento Estudantil é um programa destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. Disponível em: <<http://sisfiesportal.mec.gov.br/fies.html>>. Acesso em: ago. 2015.

Neste caso específico, um número maior de estudantes, notadamente do sexo feminino, estão menos vinculadas às universidades, o que certamente implica em um menor acesso ao ensino gratuito, o que, por outro lado, pode acarretar em um contato menos estreito das mulheres com as atividades típicas das IES que articulam ensino, pesquisa e extensão.

Entre os/as estudantes concluintes, as mulheres também são maioria e, assim como na matrícula, elas são graduadas em maior número nas IES privadas, nas faculdades e nos centros universitários. Nas universidades, há um maior equilíbrio entre homens e mulheres, mas os institutos federais ainda mantêm maioria masculina entre os que obtêm títulos de bacharel e tecnólogo, sendo que apenas entre os/as licenciados as mulheres são maioria.

A respeito da distribuição entre mulheres e homens nas diferentes carreiras, a análise mostrou que algumas disciplinas ainda permanecem bastante femininas e outras bastante masculinas, configurando verdadeiros guetos. Os cursos mais femininos, que concentram menos de 10% de estudantes do sexo masculino, permanecem associados ao cuidado e à educação. Já os cursos mais masculinos, que também apresentam baixíssimo percentual de presença feminina, são aqueles ligados à área tecnológica, como as engenharias.

De forma complementar, o estudo relacionou informações sobre o perfil socioeconômico dos/as estudantes de nível superior e foi possível perceber que a diversidade nas salas de aula vem aumentando paulatinamente.

²² Em 2010, os cursos avaliados foram: Agronomia, Biomedicina, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Serviço Social, Terapia Ocupacional e Zootecnia; diploma de Tecnólogo em Agroindústria, Agronegócios, Gestão Hospitalar, Gestão Ambiental e Radiologia. Em 2011: Arquitetura e Urbanismo e Engenharia; Bacharel ou Licenciatura em Biologia, Ciências Sociais, Computação, Filosofia, Física, Geografia, História, Letras, Matemática e Química; Licenciatura em Pedagogia, Educação Física, Artes Visuais e Música; Tecnólogo em Alimentos, Construção de Edifícios, Automação Industrial, Gestão da Produção Industrial, Manutenção Industrial, Processos Químicos, Fabricação Mecânica, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Redes de Computadores e Saneamento Ambiental. E em 2012: Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comunicação Social (que podem ser organizados em subgrupos que permitam a avaliação de componentes específicos da área), Design, Direito, Psicologia, Relações Internacionais, Secretariado Executivo e Turismo; Tecnólogo em Gestão Comercial, Gestão de Recursos Humanos, Gestão Financeira, Logística, Marketing e Processos Gerenciais.

Entretanto, ao desagregar os indicadores, a conclusão é que os fatores cor e renda ainda são determinantes para o ingresso de jovens no ensino superior, conforme já sintetizado por Lázaro & Calmon (2013). Apesar de o número de brancos/as, segundo autodeclaração, diminuir desde 2004, eles/as continuam sendo ampla maioria nas universidades, que ainda estão distantes de abarcar a representação de negros/as e pardos/as presente na população brasileira. As mulheres negras, em 2010, permaneciam sub-representadas no ensino superior, uma vez que representavam menos de 5% dos/as estudantes.

A pesquisa explorou também a divisão por gênero/raça nas diferentes carreiras, entre os anos 2010 e 2012. É importante salientar que a metodologia do Enade, fonte dos dados nesse caso, aplica questionários por ciclos/áreas do conhecimento.²² Nos cursos avaliados em 2010, um quarto das estudantes se autoidentificou como pardas ou negras. Em 2011, este índice subiu para 49,3%. Desagregando o índice apenas para negras, a porcentagem chegou a 8,5%, a mais alta nos três anos observados. Neste mesmo ano, os/as brancos/as tiveram amplo predomínio: os homens representavam 60,1% e as mulheres, 55,9%. No ano de 2012, o quantitativo de negras voltou a cair para 6,2% e houve um aumento de mulheres brancas e de homens negros/pardos. A pesquisa mostrou também que o número de estudantes que se autodeclararam branco/as vem caindo; de 2004 a 2012, este número diminuiu de 70% para 55%.

Dados sobre estado civil e a situação de trabalho também sobressaíram na pesquisa. A respeito do estado civil, houve uma variação importante de um ano para outro no período entre 2010 e 2012, indicando que há cursos e condições de permanência na graduação que são mais disponíveis aos jovens solteiros e outros que possibilitam uma maior inserção de mulheres e homens casados/as. Em 2010 e 2011, entre os/as casados/as, as mulheres eram maioria. Já nos cursos avaliados em 2012, as estudantes estavam em maior número entre os/as solteiros/as. Quanto à renda e ao sustento, a maioria das estudantes declarou não ter renda e estarem recebendo ajuda parcial ou integral de familiares. Elas também estão em porcentagem superior entre os/as que trabalham e contribuem para o sustento da família. Já entre o grupo de estudantes que possuem renda e que com ela proveem seu próprio sustento e/ou da sua família, os homens ainda estão em maioria. Adicionalmente, as informações sobre a situação de trabalho dos/as estudantes mostram que a maior parte trabalha em tempo integral, com uma jornada de 40 horas semanais, mas que desse contingente o percentual de homens é superior ao de mulheres. Estes dados apontam para o fato de que há ainda um campo premente e necessário para pesquisas aprofundadas sobre as circunstâncias que norteiam as escolhas femininas e masculinas nos cursos de graduação.

Outro ponto importante do estudo foi a observação das relações quantitativas de gênero entre pesquisadoras e pesquisadores nas diversas áreas do conhecimento. Se aparentemente a equidade numérica entre mulheres e homens é uma realidade nos grupos de pesquisa do CNPq, no ajuste do foco, as diferenças ressurgem. Aqui, os guetos estão presentes, as áreas mais femininas e as mais masculinas estão postas, por vezes em contraste com o quantitativo de estudantes de ambos os sexos matriculados nos cursos de graduação. Ademais, as relações de poder estão mais visíveis, traduzidas nos quantitativos de líderes por sexo e por área de pesquisa. A distribuição de bolsas de pesquisa também é um indicador importante, e denuncia que, a despeito das mulheres serem maioria na distribuição das diferentes instâncias de pesquisa, as que representam maior distinção e prestígio têm os homens como maioria entre os/as bolsistas.

Ainda no âmbito das instituições de ensino superior, mas partindo para a análise dos recursos humanos que compõem os quadros de docentes e de técnico-administrativos, o estudo mostra que há ainda uma dissonância na paridade entre homens e mulheres nestes diferentes âmbitos de inserção profissional. No caso dos/as docentes universitários, função considerada de elite entre os/as educadores, os homens ainda são maioria. Observando o tipo de rede, os docentes apresentam vantagem nas IES governamentais, mas também estão em maior número nas entidades privadas. Análise da movimentação entre docentes homens e mulheres na rede pública, no período de 2006 a 2012 no Brasil, mostra que nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul a presença das mulheres aumentou, sendo que apenas na região Sudeste a proporção de docentes do sexo masculino subiu ligeiramente. Já na rede privada, nas regiões Norte e Nordeste o percentual de homens caiu e nas demais se manteve inalterado no mesmo período. Na distribuição por tipo de instituição, as mulheres vêm aumentando sua participação nas universidades, nos centros universitários e nos institutos federais. Nas IES do tipo faculdade a prevalência masculina é evidente e crescente.

No caso dos/as profissionais técnico-administrativos, nos sete anos de abrangência do estudo houve uma inversão nos percentuais na distribuição de homens e mulheres que demanda análises e interpretações, especialmente sobre escolaridade, empregabilidade e ocupação, com recorte de gênero. Em 2006, nas IES públicas, os homens eram maioria, em 2009 houve uma queda de cinco pontos percentuais na frequência de funcionários do sexo masculino; neste mesmo período, as mulheres passaram a ser o maior contingente. Em 2012, a maioria feminina ainda está contabilizada e sustenta quatro pontos percentuais acima da masculina. Nas IES privadas, em todo o período avaliado, a prevalência feminina nos cargos técnico-administrativos é sólida.

De maneira geral, o trabalho aponta para o importante campo de estudos e investigações sobre o impacto da maciça representação de mulheres na educação de nível superior, tanto no que se refere às repercussões dessa etapa de escolarização em suas vidas e trajetórias pessoais, familiares e profissionais, mas também nas condições de permanência no âmbito curso superior, nas oportunidades acadêmicas e profissionais durante e após a formação. Além disso, são necessários estudos sobre o impacto desta movimentação feminina na própria ciência. Conforme enfatizado por Pierre Bourdieu no livro *A Dominação Masculina*, de 1999, tanto o sistema de ensino, como a própria cultura são frutos de uma socialização androcêntrica, que hierarquiza o masculino sobre o feminino, configurando violência e dominação simbólicas permanentes, na medida em que são reproduzidas inconscientemente na própria dinâmica educacional. Desse modo, há um desafio posto que é o de transformar as práticas, inclusive dentro das próprias instituições de ensino superior, no sentido de valorizar saberes e de quebrar preconceitos na oferta das mesmas oportunidades para homens e mulheres. Neste sentido, políticas de sensibilização para as relações de gênero como as realizadas pela Secretaria de Políticas para as Mulheres.

É oportuno também salientar a importância do engajamento das instituições de ensino superior na superação de desigualdades sociais históricas. Este esforço certamente tem início no conhecimento do seu próprio público, aqueles e aquelas que frequentam seus cursos e que recebem seus certificados. Neste sentido, a produção de indicadores fidedignos é essencial, pois só assim é possível produzir mecanismos que distribuam as oportunidades de forma equânime. Fica aqui uma reivindicação para que instâncias governamentais e organizações de ensino se empenhem urgentemente na produção de dados de qualidade sobre raça/cor nos cursos superiores, na pós-graduação e na pesquisa brasileira.

Por fim, o momento de revisão deste estudo coincide com as notícias de que legisladores/as brasileiros/as têm atuado no sentido de retirar a noção de “igualdade de gênero” do debate educacional, atendendo às pressões de grupos mais conservadores. Tal fato representa um retrocesso para mulheres e homens por ser uma tentativa de esvaziar a escola do conhecimento científico, uma vez que o conceito de gênero é baseado na produção de saberes sobre as relações sociais e tem sido historicamente fundamental para que diversas pesquisas identifiquem mecanismos de reprodução de desigualdades no contexto escolar. A reversão deste empobrecimento do debate educacional carece do engajamento político e social das diferentes instâncias da sociedade, incluindo instituições de ensino superior, no fomento do ensino laico de qualidade, baseado na pesquisa científica, em prol de um processo educativo que promova a efetiva transformação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVILA, Rebeca Contrera. Formação das mulheres nas escolas de medicina. In: *Revista Brasileira de Educação Médica*, n.1, v.38. Rio de Janeiro, mar. 2014, p. 142-149. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: mar. 2016.

BAHIA, Mônica. M. & LAUDARES, João Bosco. A engenharia e a inserção feminina. In: *Fazendo gênero. Desafios atuais dos feminismos*, n.10. Anais eletrônicos. Florianópolis (SC), 2013.

BARROSO, Carmen & MELLO, Guiomar. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. Comunicação. XXVII SBPC. Belo Horizonte, 1975.

BARSTED, Leila Linhares & PITANGUY, Jacqueline (Orgs.). *O progresso das mulheres no Brasil – 2003–2010*. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

BENTO, Maria Aparecida. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray & _____. (Orgs.) *Psicologia social do racismo. Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002, p.25-28).

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Relatório Anual Socioeconômico da Mulher. Brasília, nov. 2013.

_____. Análise do Ministério da Educação acerca da participação da mulher no mercado do trabalho, a partir da Dados Relação Anual de Informações Sociais (Rais). Última modificação: 29/07/2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2013/03/cresce-participacao-da-mulher-no-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: mar. 2015.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa; MERCADO, Cristiano Miglioranza & RICOLDI, Arlene. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. In: BARSTED, Leila Linhares & PITANGUY, Jacqueline. *Op.cit.* Disponível em: <<http://www.unifem.org.br/sites/700/710/progresso.pdf>>. Acesso em: set. 2015.

CALMON, Claudia & LÁZARO, André. A cor da universidade e a importância das ações afirmativas. In: BARROS, Ronaldo Crispim Sena. *Políticas afirmativas no ensino superior: a experiência da UFRB*. Coleção Estudos Afirmativos, v.4. Rio de Janeiro: FLACSO/GEA; UERJ/LPP, 2013, p.9-22.

CNPq. Diretório de Grupos de Pesquisa – Plataforma Lattes. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/web/dgp>>. Acesso em: jul. 2014.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. O Mercado de Trabalho Formal Brasileiro: resultados da RAIS 2013, n.140, set. 2014.

EaD.BR. Censo. Relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2013. Curitiba: Ibpex, 2014.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. In: *Revista de Estudos Feministas*, n. 12. Florianópolis, 2004, p.47-71.

GODINHO, Tatau et al. (Orgs.) *Trajetória da mulher na educação brasileira: 1996-2003*. Brasília: Inep, 2006.

GUEDES, Moema de Castro. *Na medida do (im)possível: família e trabalho entre as mulheres de nível universitário*. Tese de Doutorado. UNICAMP. Campinas (SP), 2009.

HEILBORN, Maria Luiza & SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré, Anpocs/Capes 1999, 183-221).

HENRIQUES, Ricardo. Raça e gênero no sistema de ensino: os limites das políticas universalistas na educação. Brasília: Unesco, 2002. Disponível em: . <<http://unesdoc.unesco.org/>>.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. In: *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n.132, set.-dez, 2007, p. 595-609.

IBGE. Estatísticas de Gênero. Uma análise do Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88941.pdf>>. Acesso em: ago. 2015.

INEP/MEC. Dados sobre o Censo da Educação Superior. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: jul. 2014.

_____. Dados sobre o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – Enade. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/enade>>. Acesso em: jul. 2014.

_____. Doutores 2010: Estudos da Demografia da Base Técnico-científica Brasileira. Disponível em: <<http://download.inep.gov.br/>>. Acesso em: fev. 2015.

_____. Mestres 2012: Estudos da Demografia da Base Técnico-científica Brasileira.

Disponível em: <http://www.cgee.org.br/publicacoes/mestres_e_doutores.php>. Acesso em: jan. 2015.

LIMA, Márcia. Quais são as questões em torno da “raça”? In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, n. 77, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/>>. Acesso em: set., 2015.

MARINS, Mani. T. A. Mulheres na Engenharia: transgressão? Anais do VIII Encontro Internacional Fazendo Gênero. Florianópolis, 2008.

MELO, Dorian & CANO, Ignácio. Índice de homicídios na adolescência: IHA 2012. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2014.

RISTOFF, Dilvo. Perfil socioeconômico do estudante de graduação: uma análise de dois ciclos completos do Enade (2004 a 2009). In: *Cadernos do GEA*, n.4. Rio de Janeiro: FLACSO/GEA; UERJ/LPP, 2012.

_____. *et al.* (Orgs.) A mulher na educação superior brasileira: 1991-2005. Brasília: Inep, 2007.

_____. & GIOLO, Jaime. (Orgs.) Trajetória da mulher na educação superior brasileira: 1991-2004. Brasília: Inep, 2006.

ROSEMBERG, Fúlvia & MADSEN, Nina. Educação formal, mulheres e gênero no Brasil contemporâneo. In: BARSTED, Leila Linhares & PITANGUY Jacqueline. *Op. cit.* Disponível em: <<http://www.unifem.org.br/sites/700/710/progresso.pdf>>. Acesso em: nov. 2014.

SILVA, Joselina da. Desigualdades de raça e gênero na educação superior: um olhar sobre a Base Sinaes. Trabalho apresentado na XXVI Reunião de Antropologia. Porto Seguro, 2008.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana & MACHADO, Danielle. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. In: *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, 2007, p.573–594.

SPELLER, Paulo, ROBL, Fabiane & MENEGHEL, Stela Maria. (Orgs.) *Perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década*. Brasília: MEC/CNE; Unesco, 2012.

PUBLICAÇÕES DO GRUPO ESTRATÉGICO DE ANÁLISE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

CADERNOS DO GEA



COLEÇÃO ESTUDOS AFIRMATIVOS



ANDREIA DOS SANTOS BARRETO MONSORES DE ASSUMPÇÃO

Cientista Social, Mestre em História, Política e Bens Culturais (CPDOC/FGV) e Especialista em Gestão de Iniciativas Sociais (COPPE/UFRJ). Atualmente é Assessora de Projetos do Centro Latino-americano em Sexualidade e Direitos Humanos do Instituto de Medicina Social/UERJ.

